

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

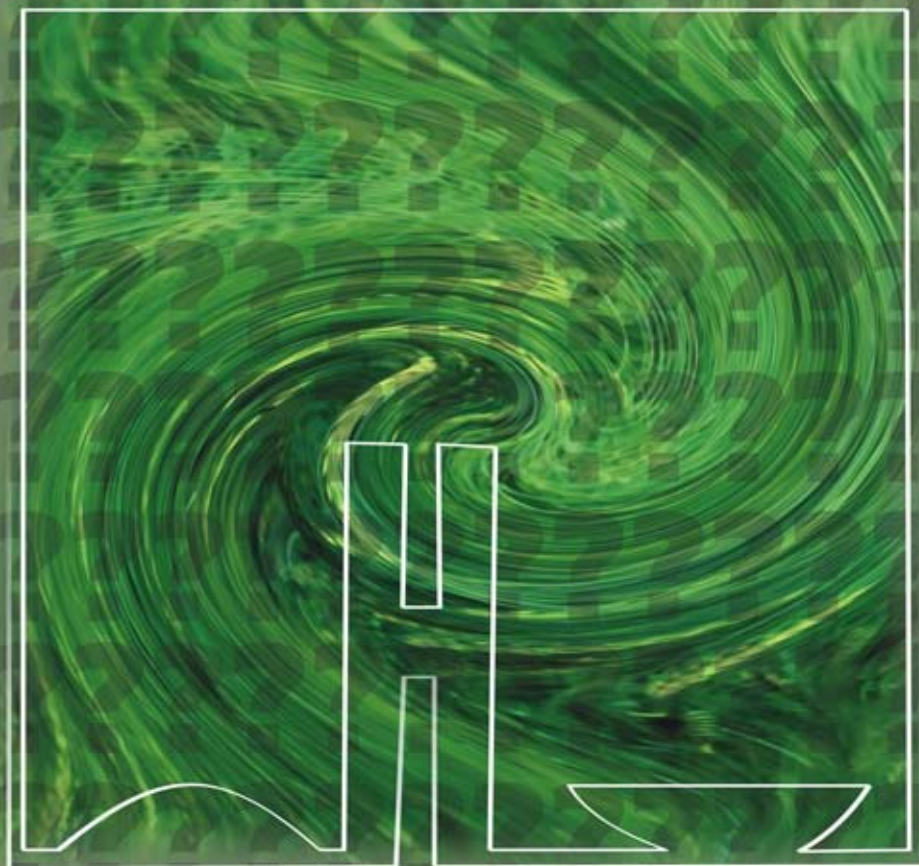
"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

AMAZÔNIA: **UM DESAFIO PARA O** **CONGRESSO NACIONAL**

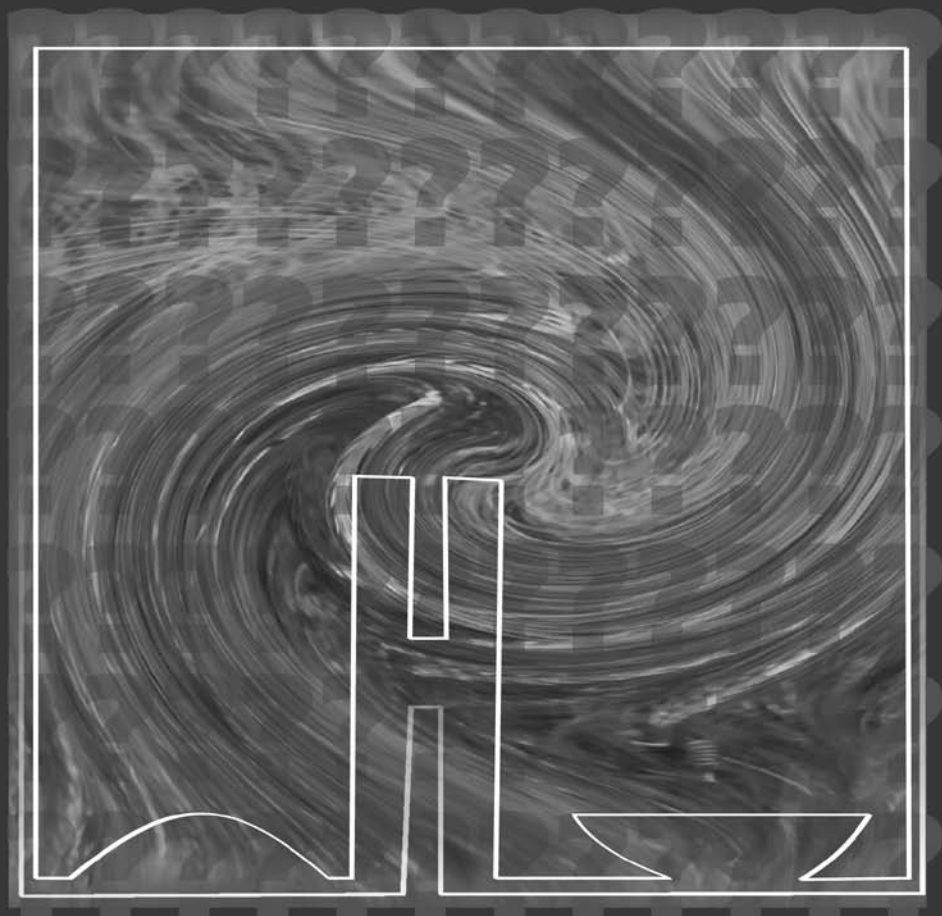




Câmara dos
Deputados

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

A AMAZÔNIA: UM DESAFIO PARA O CONGRESSO NACIONAL





Câmara dos Deputados
Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e de Desenvolvimento Regional

AMAZÔNIA: UM DESAFIO PARA O CONGRESSO NACIONAL

Encontro aberto realizado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Belém (PA), em 10 de julho de 2007.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília – 2007

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Silvio Avelino da Silva

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação — CEDI

Coordenação de Publicações — CODEP

Anexo II – Térreo - Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810

publicacoes.cedi@camara.gov.br

Capa e diagramação: Paula Scherre

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 355

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

A Amazônia: um desafio para o Congresso Nacional. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

88p. – (Série ação parlamentar ; n. 355)

Encontro aberto realizado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Belém (PA), em 10 de julho de 2007.
ISBN 85-7365-522-4

1. Conservação da natureza, Amazônia. 2. Proteção ambiental, Amazônia. 3. Ciência e tecnologia, investimento, Amazônia. 4. Projeto de desenvolvimento, Amazônia. I. Série.

CDU 504(811)

ISBN 85-7365-522-4

Agradecimentos

Duciomar Costa

Prefeito de Belém

Deputado Domingos Juvenil

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Melquiades José dos Reis

Jornalista

Elaide Martins da Cunha

Núcleo de Altos Estudos da Amazônia na UFPA

Sumário

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional	9
Deputados que participaram da 59ª Reunião Anual da SBPC em Belém (PA)	11
Apresentação.....	13
Entrevista da Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Deputada Vanessa Grazziotin, à Agência Câmara, durante a 59ª Reunião Anual da SBPC	17
Encontro Aberto em Reunião da SBPC sobre o tema: Amazônia: Um Desafio para o Congresso Nacional.....	21
Carta de Belém	83

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional

Presidente: Vanessa Grazziotin (PcdoB)
 1º Vice-Presidente: Marcelo Serafim (PSB)
 2º Vice-Presidente: Carlos Souza (PT)
 3º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (PDT)

TITULARES	SUPLENTES
ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)	ABELARDO LUPION (DEM/PR)
CARLOS SOUZA (PP/AM)	ÁTILA LINS (PMDB/AM)
DALVA FIGUEIREDO (PT/AP)	BEL MESQUITA (PMDB/PA)
ELCIONE BARBALHO (PMDB/PA)	FÁTIMA PELAES (PMDB/AP)
HENRIQUE AFONSO (PT/AC)	GIOVANNI QUEIROZ (PDT/PA)
JAIRO ATAIDE (DEM/MG)	GLADSON CAMELI (PP/AC)
JOSÉ GUIMARÃES (PT/CE)	ILDERLEI CORDEIRO (PPS/AC)
LINDOMAR GARÇON (PV/RO)	JOSEPH BANDEIRA (PT/BA)
LIRA MAIA (DEM/PA)	LÚCIO VALE (PR/PA)
LUCIANO CASTRO (PR/RR)	MÁRCIO JUNQUEIRA (DEM/RR)
MARCELO SERAFIM (PSB/AM)	MARINHA RAUPP (PMDB/RO)
MARCOS ANTONIO (PRB/PE)	MAURO NAZIF (PSB/RO)
MARIA HELENA (PSB/RR)	MAURO LOPES (PMDB/MG)
NATAN DONADON (PMDB/RO)	MOREIRA MENDES (PPS/RO)
REBECCA GARCIA (PP/AM)	NEUDO CAMPOS (PP/RR)
SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT/AP)	PAULO ROCHA (PT/PA)
SERGIO PETECÃO (PMN/AC)	PERPÉTUA ALMEIDA (PCDoB/AC)
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDoB/AM)	URZENI ROCHA (PSDB/RR)
	ZÉ GERALDO (PT/PA)
	ZEQUINHA MARINHO (PMDB/PA)

Deputados que participaram da 59ª Reunião Anual da SBPC em Belém (PA)

Comissão da Amazônia , Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Deputada Vanessa Grazziotin - Presidente

Deputada Elcione Barbalho

Deputado Ilderlei Cordeiro

Deputado Deputado Lira Maia

Deputado Márcio Junqueira

Deputado Neudo Campos

Deputado Paulo Rocha

Deputada Perpétua Almeida

Deputado Sebastião Bala Rocha

Deputado Urzeni Rocha

Deputado Zé Geraldo

Comissão de Ciência e tecnologia , Comunicação e Informática

Deputado Emanuel

Comissão de Educação e Cultura

Deputado Waldir Maranhão

Comissão Mista de Mudanças Climáticas

Deputado Rodrigo Rolemberg

Senado Federal

Senador José Nery

Apresentação

Em julho deste ano, por iniciativa desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, estivemos em Belém, no Pará, em Encontro Aberto realizado durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com os principais membros dessa importante instituição, para, juntos, pensar, refletir e debater a situação da Amazônia, especialmente no que se refere à ciência e tecnologia.

Antes mesmo das primeiras conclusões, todos comemoramos a feliz escolha do tema da reunião deste ano, “Amazônia: desafio nacional”. Comemoramos, principalmente, o fato de tão importante instituição brasileira voltar seus olhos e sua inteligência para a região. A Amazônia é a região mais bem aquinhoadada de beleza e recursos naturais deste País, mas, também, a mais esquecida nos gabinetes do poder.

Foi uma manhã enriquecedora para todos. Nós, parlamentares amazônidas, tivemos a oportunidade de ouvir cientistas, professores, reitores, pesquisadores, estudantes e outros membros da comunidade acadêmico-científica do Brasil e conhecer, de fato e pela primeira vez, as reivindicações do setor. Por outro lado, nossos cientistas e acadêmicos deram um passo em direção aos seus representantes no legislativo federal e puderam constatar que a ação dos representantes políticos pode ser uma importante aliada no apoio às pesquisas que precisam ser desenvolvidas na região.

O encontro resultou na “Carta de Belém”, documento no qual os parlamentares presentes à audiência tornam públicas suas reflexões, constatações, conclusões e recomendações sobre a construção de uma agenda positiva para a Amazônia.

Fica patente que devem ser eleitas as prioridades a serem adotadas na busca de soluções e respostas para as inúmeras questões que se colocam sobre a Amazônia, sob pena de, em um futuro próximo, não

termos mais a chance de reverter a tendência atual de destruição do ecossistema amazônico e de desprezo pelo homem que lá vive.

Do encontro com os cientistas, saímos convencidos de que é imprescindível o estabelecimento de ações que garantam o conhecimento científico sobre a Amazônia, de forma que se possa agregar valor à biodiversidade, garantindo, assim, o desenvolvimento e a preservação ambiental. Aprendemos que os recursos naturais da região somente se transformarão em riqueza quando a eles forem agregados conhecimento e tecnologia.

Concluímos, igualmente, que o modelo de desenvolvimento adotado pelo País, que permitiu seu crescimento até a década de 1980, tornou-se inviável. Para que a Amazônia possa diferenciar-se e tornar-se competitiva, é fundamental que se faça a opção por um novo modelo que priorize os investimentos no setor científico e tecnológico e de infra-estrutura da região.

No mesmo nível de importância do conhecimento científico, queremos registrar que todos reconhecemos que o “saber tradicional” é verdadeiramente um imenso patrimônio cultural dos povos da Amazônia e, nessa qualidade, deve ser respeitado, protegido, valorizado.

Torna-se, então, urgente passar do pensar para o agir. Para tanto, é fundamental a formulação de uma política afirmativa de desenvolvimento regional, voltada para as particularidades do ecossistema amazônico, sua diversidade cultural, seus habitantes e para o atendimento de suas necessidades mais prementes. Essa política deve ser, também, sensível aos conflitos sociais e fundiários existentes na Amazônia. A implementação dessa política exige a definição de instrumentos especiais de gestão e financiamento.

O Congresso Nacional é chamado a agir nesse momento. Não restam dúvidas sobre a necessidade de estarmos presentes de modo mais intenso na Amazônia e de trabalhar de forma pró-ativa na busca do equacionamento dos problemas e das contradições da região, extrapolando a função meramente legislativa.

Fundamental, também, é empenhar o máximo de esforços para que o PAS – Plano Amazônia Sustentável, iniciativa do governo federal em parceria com os governos estaduais, que busca implementar

um novo modelo de desenvolvimento para a região – adquira uma importância especial e privilegiada no âmbito do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Os parlamentares da região amazônica devem, entre outras ações explicitadas na “Carta de Belém” – algumas bem específicas da área de ciência e tecnologia – empenhar esforços também no estabelecimento, no âmbito do PAS, de metas e mecanismos de financiamento bem explicitados, que fundamentem um efetivo programa de crescimento para a Amazônia.

Esta publicação traz um resumo do encontro em Belém. Esperamos que as palavras nela contidas possam servir de esteio para reflexões sobre a urgência de agirmos em defesa de nossa Amazônia. Esperamos que possam sensibilizar os ocupantes dos mais importantes gabinetes de Brasília. Esperamos que possam servir de alerta de que a inércia pode ser catastrófica.

Vanessa Grazziotin

Presidente da CAINDR

Entrevista da Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Deputada Vanessa Grazziotin, à Agência Câmara, durante a 59ª Reunião Anual da SBPC

(Mônica Aquino e Ana Raquel Macedo – Repórteres da Agência Câmara na 59ª Reunião Anual da SBPC)

AGÊNCIA CÂMARA - Deputada Vanessa, pela primeira vez uma Comissão Permanente do Congresso Nacional participa de uma reunião da SBPC, através da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. O que isto representa?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Congresso Nacional é fundamental. Ele não apenas elabora e vota as leis, ele aprova o Orça-



Deputada Vanessa Grazziotin

(Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional)

e Dr. Enio Bacci

(Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- 59ª Reunião Anual da SBPC)

mento – que, aliás, é uma lei também. Portanto, influencia diretamente na alocação e na aplicação dos recursos públicos.

E mais do que isso, temos um poder – até porque votamos as leis – de influência muito grande. Devemos utilizá-lo melhor e mais corretamente. De que forma? No caso agora da SBPC, reunindo a bancada da Amazônia como um todo e exigindo aquele delta a mais de que a Amazônia precisa, de que o Brasil é devedor, para que possamos, assim, minimizar, mitigar o problema das desigualdades regionais.

A Amazônia é 60% do território brasileiro. Ela conta com cerca de 80 parlamentares federais. O número é pequeno se considerarmos São Paulo, por exemplo, estado que, sozinho, tem 70 deputados.

Mas nós temos uma importância política fundamental. E toda a nossa luta, daqui para a frente, é nesse sentido. O Ministério da Ciência e Tecnologia elabora o PAC da ciência e tecnologia da inovação. Foi anunciada aqui na abertura a aplicação de 40 bilhões de reais até 2010.

A agricultura está elaborando seu PAC. O presidente Lula está indo a todos os estados lançar o PAC no Amazonas, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Mas não queremos o PAC na Amazônia, queremos o PAC da Amazônia. Já temos o PAS, que é o Plano Amazônia Sustentável, lançado em 2003, numa reunião do presidente com os nossos governadores e mais vários ministros de Estado. Foi feita uma nova versão, em várias audiências públicas, em 2006. Mas, na nossa opinião, ele ainda é pouco efetivado, é pouco valorizado.

Então nós não queremos o PAC na Amazônia, queremos o PAC da Amazônia. Por exemplo, vamos aqui mais ouvir do que falar, por incrível que possa parecer. Este é o nosso objetivo aqui: ouvir. Todos os pesquisadores, os cientistas brasileiros dizem que um ponto fundamental e inicial seria quintuplicar, sextuplicar o número de recursos humanos preparados para a área de pesquisa. Temos um número de pesquisadores ínfimo na região, comparativamente ao Brasil. Então temos que superar esse problema urgentemente.

Estamos aqui para dizer que a luta da Amazônia é a nossa luta também. Queremos fazer um pacto entre as Comissões da Amazônia, Ciência e Tecnologia, Educação, de Meio Ambiente – que é dirigida por um paraense, deputado Nilson Pinto – e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, contando ainda com os gover-

nadores e com o governo federal, no sentido de agirmos em prol da Amazônia e do Brasil. E contamos não só com os nossos votos, mas com os de outros parlamentares, porque desenvolver a Amazônia é desenvolver o Brasil.

AGÊNCIA CÂMARA - Deputada, historicamente os recursos que vieram para a região sempre tiveram dificuldade na sua aplicação. Mais uma vez, o governo está direcionando recursos aqui para a região. Como é que vai ser feita a fiscalização da aplicação desses recursos, para que não haja desvios?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Olha, o PAS institui um componente novo relativamente aos programas, projetos ou planos anteriores para a Amazônia. Antes, eram projetos distanciados, ou projetos feitos sem qualquer compromisso com a população, ou feitos só com parte da população. Agora, temos um projeto, um plano trabalhado sob todos os seus aspectos. A Amazônia é trabalhada dentro da sua diversidade.

Dizer que não podemos criar gado aqui é um erro; dizer que não podemos produzir biodiesel aqui é um erro. Podemos, sim, produzir biodiesel; podemos criar gado. Agora, existem áreas específicas para isso. Há uma quantidade de áreas degradadas e abandonadas que se pode utilizar para isso, tirando, inclusive, a pressão sobre a floresta.

A Amazônia não é toda igual. A Amazônia tem a savana, tem a mata fechada, tem os pastos e os campos naturais. O estado do Pará, do Amazonas, todos os estados têm essa realidade. E o PAS é assim. O PAS é um programa que tem de ser conhecido no Brasil inteiro.

AGÊNCIA CÂMARA - Qual seria o salto então do PAS para o PAC na Amazônia?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É ligar um ao outro. No que diz respeito ao PAC, na realidade, temos um plano para a Amazônia muito bem estruturado, que vem sendo aperfeiçoado ano a ano. O PAC, na nossa opinião, é para acelerar o PAS. O que é o PAC? É a aceleração do crescimento. Então o PAC deveria definir o que vai ser finalmente e com que fontes de recursos.

AGÊNCIA CÂMARA - Deputada, numa comissão que debate várias temáticas, qual seria hoje a principal, ou quais seriam as principais temáticas em discussão?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Financiamento. Com financiamento, faz-se todo o resto. Temos em vista a regulamentação da nova Sudam; estamos discutindo o papel da Suframa, que é a Superintendência da Zona Franca de Manaus, que as pessoas imaginam equivocadamente que cuida do Amazonas e de Manaus, mas não é verdade. Ela cuida da Amazônia Ocidental toda e mais o estado do Pará. É um agente indutor do desenvolvimento.

Queremos trabalhar com outras fontes de financiamento. Está na hora de colocar na política e no sistema tributário brasileiro o sistema ambiental. Não é aceitável que estados como Roraima tenham 70% da sua área protegida e não sejam recompensados por isso.

AGÊNCIA CÂMARA - Deputada, e na correlação de forças políticas, sabendo que a Amazônia não tem numericamente no Congresso Nacional um número maior de parlamentares, como ficam as demandas da região?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Primeiro, a Amazônia é sensível a todo o Brasil; segundo, quando a gente percebe que a nossa minoria faz diferença, a gente chama o presidente Lula.

Encontro Aberto em Reunião da SBPC sobre o tema Amazônia: Um Desafio para o Congresso Nacional

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Senhores, sejam todos bem-vindos. É uma sessão extraordinária não no sentido de não ser ordinária, mas ela é histórica, porque é a primeira vez que, em 59 anos de reuniões da SBPC, se realiza um encontro entre representantes do Legislativo e a comunidade científica aqui reunida, para tratar de um tema que nos preocupa e que exigirá um grande esforço do próprio Congresso Nacional e da comunidade científica, acadêmica, com a colaboração, obviamente, e a participação do Executivo.

Estamos aqui reunidos para definir um programa de trabalho a longo prazo. Que este não seja o último encontro, mas seja o primeiro passo daquela famosa caminhada que deveremos dar juntos, se quisermos chegar a resolver, enfrentar, equacionar, dar respostas às demandas da sociedade que nos cobra o fato de não ser possível que num país onde há tecnologia desenvolvida, com celulares funcionando e com comunicações à distância não sejamos capazes de resolver o problema simples do fornecimento de água na terra da água. As contradições são imensas, e devemos, com realismo e cuidado, equacioná-las.

Quero dar as boas-vindas e agradecer a presença de um grande número de deputados que convidamos para sentarem à mesa conosco. Na verdade, este é um encontro, e encontros se traduzem em um tempo muito grande à disposição para a troca de idéias.

Convido todos os deputados: Vanessa Grazziotin; Emanuel Fernandes, da Comissão de Ciência e Tecnologia; Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Mudanças Climáticas; Waldir Maranhão, da Comissão de Educação e Cultura; senador José Nery.

Por favor, deputada Vanessa Grazziotin, ajude-me a nomear todos os outros deputados aqui presentes.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria de cumprimentar a todos, agradecendo ao Dr. Ennio Candotti, que nos estimulou muito para organizar e promover esta atividade na 59ª reunião SBPC; agradecer e cumprimentar o Prof. Dr. Marco Antonio Raupp, aqui presente, eleito presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Já conversamos rapidamente e estamos anunciando que a parceria que nós instituímos com a SBPC agora será mantida também na gestão do Dr. Raupp.

Soubemos também, Dr. Raupp, que no dia de ontem, quando aqui estiveram os governadores do estado do Pará e do Amazonas, comunicaram que já estão planejando um novo encontro da Ciência e Tecnologia – Amazônia para o mês de agosto. Desde já, comunico que estaremos todos lá novamente, porque os Governos dos estados e o governo federal pouco fazem ou pouco podem fazer sem a participação efetiva do Congresso Nacional.

Isso é muito importante. O Congresso brasileiro precisa ser mais pró-ativo nas suas atividades e nas suas funções. Nós não apenas elaboramos leis. Nós servimos de intermediários, servimos como ligação entre a sociedade e o Poder Público. Mas, mais do que isso, também somos fundamentais. Temos um senso político que, quando jogado corretamente, é capaz de fazer com que uma região, que é a mais rica, mas não é a mais desenvolvida – pelo contrário, é uma das menos desenvolvidas – possa, num curto espaço de tempo, dar saltos significativos.

Então vamos começar. Primeiro, quero agradecer e comunicar a presença do nobre senador José Nery. S.Exa. nos orgulha e, tenho certeza, muito nos ajudará, no Senado, a levar esse debate sobre a ciência e tecnologia no Brasil, particularmente na região Amazônica.

Temos aqui o deputado Rodrigo Rollemberg, que foi designado para representar formalmente a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, presidida pelo deputado Eduardo Gomes, que tem como relator o senador Renato Casagrande, que é do partido do deputado Rodrigo Rollemberg, que fez parte da mesa e deu palestra aqui ontem.

Temos aqui o deputado Waldir Maranhão, designado para representar a Comissão de Educação; a Comissão de Ciência e Tecnologia está

sendo representada pelo deputado Emanuel Fernandes – designado pelo presidente Julio Semeghini –, que dentre todos nós talvez seja aquele que é da área. Ele é do Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais, lá em São José dos Campos, de onde foi prefeito por duas vezes.

Temos, portanto, representantes das Comissões de Ciências e Tecnologia; Educação; Amazônia e Mudanças Climáticas.

Temos aqui o deputado e ex-governador do estado de Roraima Neu-do Campos; o deputado de Roraima Urzeni Rocha, da área da Saúde; membros da Comissão da Amazônia; o deputado Lindomar Garçon, que vem lá do estado de Rondônia; a deputada Perpétua Almeida, essa brava e combativa acreana. E os elogios não são porque ela é do meu partido, o PCdoB, mas porque é brava e combativa mesmo.

A deputada Elcione Barbalho aqui representa a bancada do estado do Pará e é uma deputada com muita experiência. Voltou agora à Câmara dos deputados, depois de vários mandatos já exercidos. Da mesma forma, o deputado Zé Geraldo, que é do estado do Pará, da região de Altamira. O deputado Marcio Junqueira é do estado de Roraima, deputado combativo também. Do deputado Paulo Rocha nem preciso falar aos paraenses. Com esse deputado aprendi muito quando cheguei à Câmara dos Deputados. Estou no terceiro mandato. Cheguei lá em 1999. O deputado Paulo Rocha e o ex-deputado Anivaldo Vale foram os parlamentares que apresentaram proposição para a criação da Comissão da Amazônia. A princípio, era só Amazônia; depois foi integrado ao nome o tema Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Hoje somos a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Temos o deputado Lira Maia, nosso querido companheiro da Comissão da Amazônia. Temos, ainda, o deputado Ilderlei Cordeiro, também combativo, jovem deputado do estado do Acre. E o nosso vice-presidente da Comissão da Amazônia, o ex-senador, Sebastião Bala Rocha, que veio do Amapá. E digo aos senhores: é um dos parlamentares mais preocupados com o financiamento das políticas para a nossa região.

Quero agradecer às senhoras e aos senhores a presença neste evento. Vejo que há muitas autoridades aqui. Não sei nominar todos. Temos a presença da Editora Anita Garibaldi, que fará um debate sobre

a Amazônia na área da ciência e tecnologia. As outras autoridades o senhor vai nos apresentar.

Então devolvo a direção dos trabalhos para o senhor. Muito obrigada.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Obrigado, deputada Vanessa Grazziotin. Eu gostaria de dizer que somos todos parceiros nesta audiência, nesse encontro aberto. Estamos tentando simular uma audiência pública. Esperamos que encontros como este se repitam ao longo dos próximos anos em todos os municípios da região.

Minha primeira proposta é a seguinte: se queremos enfrentar os problemas da Amazônia, deveremos estar juntos, em todos os lugares onde somos necessários, onde a discussão de entender a especificidade das questões se torna clara, passível de um debate como este. Sei que são muitos os municípios, mas sei também que, se não começarmos, não chegaremos aonde queremos chegar.

Esta reunião foi preparada em sete encontros, em que se reuniram cerca de duas mil pessoas em Cruzeiro do Sul, Altamira, Macapá, Soure, aqui ao lado. Foram dois anos. Devemo-nos programar para, nos próximos três, quatro anos, fazer uma insistente busca de informações, de conhecimento de campo do que queremos e devemos fazer e do que o povo quer que façamos.

Este é o ponto de partida. Não temos aqui propostas que sejam mais abstratas do que a realidade que conhecemos. Temos, sim, um método de trabalho que nos une e nos permite distinguir o que é possível fazer, do que é desejável fazer, do que poderemos fazer, desde que façamos o nosso dever, a primeira parte dos trabalhos.

Estamos aqui para a primeira parte. Ou seja, quais os instrumentos de que precisamos para enfrentar, de maneira diferente da utilizada até agora, a questão amazônica? Há pelo menos vinte anos se repetem os mesmos programas e os mesmos fracassos. E quando digo “fracassos”, entendam-me, apenas quero dizer que em vinte anos não fomos capazes de deslocar a região amazônica da posição relativa aos outros estados, às outras regiões, às outras questões nacionais no País. A região ocupava a décima quinta posição na economia, na ciência, na produção científica, tecnológica e industrial, e pouco se deslocou em relação aos outros estados – se deixasse de fora a parte da Suframa, a parte do desenvolvimento de Manaus, que de fato é um ponto singular.

Comunidade

Neste sentido, diria que na comunidade acadêmica comentávamos com o reitor da Universidade que há vinte anos a universidade tinha cem doutores. Cresceu, hoje tem setecentos doutores. No Brasil havia 10 mil, e hoje há 70 mil. Todos crescemos. Precisamos acelerar o processo de implementação dos programas de ciência e tecnologia ao nível de importância que é dado à região amazônica, não só pela política nacional, mas pela política internacional.

Não adianta dizer que a Amazônia é importante se ela continua a ser um grande desconhecido, muito pouco estudado. A primeira questão que lançaria para a nossa discussão é que precisamos multiplicar por 10 o número de pesquisadores aqui instalados. Um programa de 10 mil cientistas, 10 mil engenheiros especializados na Amazônia é absolutamente prioritário.

Perguntem ao reitor Alex Fiúza qual o principal problema: “Eu quero multiplicar por 10 o número de professores altamente qualificados na minha Universidade, porque tenho 10 vezes mais trabalho, pergunto a responder. Eu preciso disso. Senão, não cumprirei o meu dever de reitor em responder aos reclamos, aos desafios”.

Esse é um problema fundamental. Precisamos de um programa. E esse programa custa 20 milhões de reais por mês. Não é um programa absurdo. Destinar 20 milhões de reais por mês para a formação de pessoal, de modo que em cinco anos tenhamos um exército de jovens pesquisadores capazes de responder a por que a árvore em pé é mais importante do que a madeira que ela contém, está ao nosso alcance. Podemos fazer isso. Todo o resto vem depois.

É claro que precisamos de educação, precisamos de professores. Para ter professores, precisamos de mestres de professores, e assim por diante. Não adianta formar professores a granel quando não temos quem os forme. São os formados quem os vai formar.

Há vinte anos dizíamos a mesma coisa. Não fizemos o dever de casa e estamos onde estamos. É uma situação que não é igual à de então, mas, em relação a outros estados, ao País, estamos no mesmo lugar.

Segundo, tenho a impressão de que precisamos de instrumentos mais poderosos para enfrentar a nossa realidade. Os nossos observatórios, os nossos laboratórios de trabalho ainda são limitados. Temos

poucas universidades, e a abertura de novas universidades na região é muito bem-vinda.

Situação

Só para mostrar um número da dramaticidade da situação, informo que o governo do Amazonas abriu uma universidade estadual. Sabem quantos estudantes se inscreveram para o vestibular? Cem mil. Temos 100 mil jovens querendo fazer universidade, e temos apenas 10 mil vagas ou um pouco mais à disposição. A demanda é de quase de uma para cem vagas.

Isso é o maior patrimônio que temos. Se conseguirmos que 50 mil dos 100 mil tornem-se engenheiros, sanitaristas, médicos, zoólogos, botânicos, antropólogos, daqui a cinco ou sete anos, a revolução que queremos fazer estará feita naturalmente. Então é este o ponto central: educação, educação, formação de gente, formação de gente.

Segundo, os instrumentos – universidades – devem ser acompanhados por institutos de pesquisa. Institutos de pesquisa significam centros onde se concentrem estudos para responder às questões da Amazônia.

Vou dar um exemplo, de novo, muito simples. Quantos engenheiros de transportes fluviais existem na Amazônia? Três. Ora, é claro que já perdemos a batalha do transporte fluvial, do transporte na região. Metade do Brasil é percorrida por vias fluviais, de rios, e não desenvolvemos uma engenharia capaz de explorar essas estradas. Ora, minha gente, é claro que estamos devendo alguma coisa ao nosso povo.

Como é possível isso ter acontecido nesses anos todos? Como é possível que ainda estejamos com o Remo – que não é o adversário do Paysandu, mas é um remo de empurrar barco – enfrentando as distâncias dessa imensa região? Fazemos tudo por avião? Todos sabem que isso não é possível, que não é uma alternativa. Não é avião ou barco. É barco ou caminhão, aí sim. É barco ou trem, aí sim. É barco ou barco. Precisamos resolver isso.

Não há institutos. Então temos que criar esses institutos. Estamos esperando o quê? As tropas inimigas entrarem no nosso território, para dizermos que agora, sim, temos que desenvolver os instrumentos para nos defender? Temos que nos defender, temos que romper essa

inércia e essa subserviência aos modelos de desenvolvimento desenhados em locais onde não há rios. Não se pode esperar que em São Paulo se desenhe uma engenharia fluvial. São Paulo tem o Tietê, que no máximo é um exemplo de falta de atenção sanitária com os córregos de água. É outro mundo.

Questão

Bom, não quero me deter nisso, mas temos uma outra questão. O valor do barril de água potável, doce, está subindo no mercado internacional. Então, se considerarmos 1 dólar por barril, o que é muito pouco, porque o seu valor é bem mais alto, e há projeções de que, nos próximos 30 a 40 anos, ele será competitivo com o do barril de petróleo – e os senhores sabem que não estou exagerando –, estamos jogando fora, todos os dias, 30 milhões de metros cúbicos de água que desembocam do Amazonas para o mar, 100 ou 200 quilômetros mar adentro, 100 ou 200 quilômetros dentro do oceano, que estão lá à espera de se diluírem e se perderem. Se pudéssemos pegar a água do Amazonas, colocá-la em barril e vendê-la no mercado internacional, seríamos a região mais rica do mundo, mais rica do que a Arábia Saudita.

Muito bem. Não há um só instituto, um só observatório, um só laboratório na foz do Amazonas para monitorar o que está acontecendo. Isso é um escândalo, um escândalo que é cobrado de nós e dos senhores, deputados. Essa é uma omissão que as gerações futuras vão cobrar de nós de maneira absolutamente impiedosa: como vocês jogam fora toda essa água e nem mesmo sabem qual é o volume de água que está sendo jogado fora?

Meus caros, estamos jogando fora ouro. E temos alguns estudos de prospecção de petróleo na foz. Prospecção de petróleo na foz é amendoim perto daquilo que significa a água. E, se essa prospecção de petróleo provocar desastres naturais, não quero nem ver o que vai acontecer. Vai contaminar todo o manancial de água que está aí para ser estudado, entendido, comparado.

Os senhores sabem quanto custa isso? Vinte milhões de reais, 30 milhões de reais. Isso não custa muito dinheiro. Vinte milhões de reais é tudo o que se coloca no Instituto de Pesquisas do Museu Goeldi. Vinte milhões de reais é o que se coloca em todas as pesquisas do

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, por ano. Isso é uma vergonha! Ou saímos desse patamar de miséria compartilhada na área de ciência e tecnologia, ou no futuro seremos cúmplices de omissão por não termos denunciado corretamente a situação na qual nos encontramos.

Caminhar

Não adianta discutirmos que planos de saneamento são importantes, que planos de habitação são importantes, que planos sociais são importantes. Não estou dizendo que se deva abandonar tudo. Deve-se continuar. Mas precisamos do núcleo que nos diga em que direção caminhar.

Fala-se muito hoje em conservação. Mas garanto aos senhores que se sabe conservar apenas uma vírgula. Quando o pessoal quer conservar tudo, não conserva nada, e dá essa confusão. Precisamos conhecer nossas matas, conhecer os animais, conhecer os insetos, conhecer as plantas, para saber o que proteger mais e/ou o que proteger menos. Quem quer fazer tudo não faz nada. Mas para sermos seletivos precisamos conhecer, precisamos saber.

Tenho um outro pedido a todos os senhores: deixem-nos estudar!

Está em vossas mãos a responsabilidade de aprovar um projeto de lei que descriminaliza a pesquisa científica em nossa região, em nosso País. A pesquisa científica é como maconha para os legisladores: é tolerada envergonhadamente, mas proibida legalmente. A pesquisa científica é tolerada desde que as folhas retiradas da árvore não sejam mais do que dez; é tolerada desde que as formigas não sejam incomodadas em seu afazer diário.

Ora, senhores, a lei de crimes ambientais inclui a pesquisa científica. Isso é um tiro no pé, isso é suicídio, isso impede que se possa conhecer o que queremos preservar. E sem conhecer o que queremos preservar, não se preserva.

Então, se há um serviço que estamos fazendo aos nossos inimigos, é proibir que se conheça. Os senhores precisam criar uma lei que diga: “É proibido proibir o que se conhece.” Se não fizerem isso, a nossa aliança ficará comprometida não com nossa má vontade, mas porque

somos uma espécie em extinção. Talvez aí sejamos protegidos pelo IBAMA enquanto ameaçados em nossa própria sobrevivência.

Terra

Senhores, há uma outra questão: as terras degradadas, que são muitas nessa região, podem ser recuperadas e podem ser ocupadas por extensas plantações ou criação de gado. Permitir que se derrubem florestas para criar gado ou que se plante o que for é crime, porque uma árvore em pé vale muito mais que uma cabeça de gado. Se não sabemos disso, tentemos saber, porque a ignorância é um pecado capital em qualquer religião ou em qualquer laboratório de ciência.

Então é proibido desconhecer o valor das árvores, justificando, com isso, que o mercado absorve carne ou grãos melhor do que madeira, melhor do que folha, melhor do que semente, melhor do que óleos.

Precisamos estudar isso. Não há uma clara resposta. Se os senhores me perguntarem o que posso fazer com esta árvore, não tenho como lhes responder. Mas se estudarmos um pouco, temos como fazê-lo. Sem dúvida, nesta reunião está sendo discutida alguma coisa importante nesse sentido. Estamos tentando dar respostas a essas perguntas.



Deputada Vanessa Grazziotin

(Presidente da Comissão da Amazônia,
Integração Nacional e de
Desenvolvimento Regional)

Por outro lado, há uma última questão que são os saberes tradicionais. Os saberes tradicionais são muito importantes. São a chave de entrada nessa floresta. Sem eles, não saberemos nos mover nessa imensa área. Mas não pensem que os saberes tradicionais são alguma coisa herdada do passado que deve ser guardada na geladeira ou em um pote de formol. Eles são vivos, eles são constantemente renovados, eles são parte de uma maneira de conhecer a natureza diferente daquela científica, mas dispõem de tanto valor quanto.

Precisamos valorizá-los. Precisamos fazer com que quem conhece essas formas tradicionais possa se multiplicar, sobreviver, contar a outros o que sabe. Não há institutos nem instrumentos capazes de proteger esses saberes tradicionais que não seja a proteção formal de ver proibido roubar os saberes tradicionais. Mas isso é muito pouco. Precisamos que eles se reproduzam, multipliquem-se, sobrevivam e cresçam, juntem-se aos saberes conjuntos.

Esse fato, eu poderia dizer aos senhores, pode ser testado na mata ao lado: entramos todos e vamos ver quem é que sai daí. Quem sair é porque tem algum saber que não é o saber da bússola ou do GPS. Senão os outros se perdem dentro da mata e não saem. A capacidade de sair da mata é simbólica dentro desse saber.

Por outro lado, os senhores sabem que há uma enorme quantidade de inovações que podem surgir nesse mundo de conhecimentos que não são exploradas.

Conclusão: um mateiro ganha 500 reais por mês; um doutor ganha 5 mil reais por mês. Os dois ganham muito pouco pelos padrões brasileiros. Mas precisamos fazer com que o mateiro também ganhe um salário digno, porque a função dele é muito importante para que o seu conhecimento científico possa desenvolver-se e para que Brasília possa funcionar.

São esses os poucos pontos que levanto para dar início a essa discussão. Sei que os senhores querem mais ouvir do que falar. Por isso, passarei a palavra aos colegas da platéia para que complementem, com brevidade e ênfase, o que eu tenho dito, ou me corrijam se eu tiver me excedido em alguns tons fortes. Mas espero que se confirme e se amplie o universo de grandes propostas, que, não devemos esquecer, não podem voar alto. Nós devemos pensar a longo prazo.

Devemos ter ideais amplos, mas os pés bem no chão. Ou seja, devemos levar as nossas propostas a São Gabriel, a Tabatinga, a Altamira, aonde estiverem os que precisam dessa nossas propostas. Nos dois caminhos, quero lhes propor o início dessa caminhada.

Finalmente, uma boa notícia para todos. Ontem, nesta mesma sala, o governador do Amazonas e a Governadora do Pará selaram um pacto não só de não-agressão, mas de colaboração. Se há algum jornalista presente, pode colocar na manchete de amanhã: “Pará e Amazonas unem-se para enfrentar o Brasil.” É a manchete da crítica de hoje. Só que eles não disseram que Remo e Paysandu, Rio Negro, Nacional e São Raimundo vão ficar localizados em estados diferentes. Mas, no dia em que se juntarem esses também, sai de baixo, Brasil!

MARCO ANTONIO RAUPP - Bom-dia, deputada Vanessa Grazziotin. Só para dar um sentido de continuidade – depois a representante da SBPC vai falar sobre o tema ciência e tecnologia da Amazônia –, eu queria falar imediatamente após o Ennio. Vou falar pouco e especificar alguns itens, vamos dizer assim, de mais fácil implementação efetiva e mais imediata também.

Ontem tivemos reunião aqui com os dois governadores, e eu confesso que estava afastado, vamos dizer assim, das atividades da SBPC. Sou um militante de longo tempo da SBPC, mas estava afastado há uns quatro anos e agora retorno aqui. E fiquei muito impressionado com o efetivo compromisso que eles têm com a colocação de ciência e tecnologia como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da região. Há um entendimento e muito mais do que isso: inclusão no plano de governo e inclusão em ações de governo.

O governador que está há mais tempo lá, o governador Eduardo Braga, já tem realizações, criação de universidades, criação e implementação de fundação de apoio, tudo isso ações efetivas. Então isso não pode ficar isolado, tem que ser complementado efetivamente por ações do Poder Central, por ações executivas do governo federal. Está aqui nosso companheiro do Ministério da Ciência e Tecnologia, que disse muito bem que lá já existem condições de implementar efetivamente ações.

Por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tem 53 anos. Mas esses 53 anos são um pequeno Davi contra um tremendo

Golias nesses desafios aqui na Amazônia. Temos que dar uma funda para ele conseguir dobrar o Golias e conhecer a Amazônia.

Temos as universidades federais, todos os órgãos federais existentes na região. Evidentemente precisamos definir prioridades e políticas públicas. Essas políticas públicas vão ser executadas por meio de projetos que vão ser distinguidos – há uma pauta de projetos. Mas em especial precisa-se implementar desde já, ampliar atividades, possibilidades já instaladas aqui, que precisam ser ampliadas nas universidades, na universidade do Pará. Está aqui nosso reitor. O Sr. Ennio disse muito bem que já existe uma série de compromissos. Essas universidades que estão operando em Manaus também, não só a federal, mas a estadual, já têm compromissos assumidos. E nos outros estados também.

Então a efetiva implementação de ampliação da atuação das organizações existentes é uma decisão política, para dar exemplo. Nós queremos fazer alguma coisa, não podemos também ficar só discutindo política geral e instrumentos que vão funcionar daqui a algum tempo. Existe uma realidade, existem instrumentos que podem ser capacitados desde já, que são esses institutos federais, as universidades federais instaladas lá. Uma ação imediata é fundamental até para mostrar a esses governadores que estão tomando suas ações dentro do seu nível que o discurso é completo. E aí o Congresso Nacional tem uma responsabilidade direta: implementar políticas de imediato para a expansão dessa base de ciência e tecnologia aqui na região.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Obrigado, Raupp. Eu passaria ao José Aldemir e depois ao Professor Alex Fiúza. Eu pediria apenas



**Parlamentares Membros
das Comissões da
Amazônia, Educação e
Comissão de Ciência e
Tecnologia**

para limitar a 3 minutos as intervenções, para que possamos de fato circular. Temos 2 horas e meia pela frente, mas devemos agilizar.

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA - Sras. e Srs. Deputados, Sr. senador, sou do estado do Amazonas e estou Secretário de Ciência e Tecnologia. É difícil acrescentar alguma a mais ao pronunciamento do Sr. Ennio, mas eu queria destacar três aspectos. O primeiro deles é a questão dos saberes tradicionais, a necessidade do respeito ao patrimônio cultural. Fala-se muito da Amazônia como biodiversidade na perspectiva da natureza. Mas “bio” é vida. A Amazônia é importante porque ela é vida. A Amazônia é cultura. E nesse sentido é necessário que criemos linhas de pesquisa que dêem conta de estudar esse imenso patrimônio cultural de línguas. Quantos mestrados e doutorados de lingüística temos na Amazônia? Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte. Dos 20 milhões de habitantes da Amazônia, estima-se que 70% estejam nas cidades. Quais são as linhas de pesquisa que temos para estudar as cidades? Não falo por ser geógrafo que estuda as cidades, mas porque há uma ausência desses estudos. Qual é o impacto dessas cidades, cuja maioria não possui saneamento básico nem tratamento de água? Portanto, é necessário criarmos vias de estudo que nos possibilitem compreender isso.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, no estado do Amazonas, avançamos um pouco nessa questão da ciência e tecnologia. Há muito o que caminhar. Porém, não podemos reproduzir na Amazônia o mesmo modelo que tanto reclamamos para o Brasil. Não há possibilidade de concentrarmos as instituições de pesquisa e de ensino apenas nos estados do Pará e do Amazonas. É necessário que ampliemos.

Quando vejo representantes dos vários estados da Amazônia, que nós tenhamos instituições de fomento à pesquisa em todos os estados. Vejo que é necessário termos um sistema estadual de ciência e tecnologia, com o que aumentaremos os recursos do governo federal a serem aplicados aqui. Nós temos condições de estabelecer a contrapartida.

Esses os aspectos que queria apresentar.

Muito obrigado.

ALEX FIÚZA DE MELLO - Bom-dia a todos. Meu nome é Alex Fiúza de Mello. Sou reitor da Universidade Federal do Pará. Em primeiro lugar, farei uma reflexão; em seguida, um pedido a todos.

Destaquei na minha fala de abertura da SBPC, domingo à noite, que não se defende a Amazônia com exército nem com preservação, mas com conhecimento. Conhecimento gera preservação, conhecimento racionalmente aplicado em nossos recursos naturais. A Amazônia não é rica, é pobre. Ela é abundante em recursos naturais, e recursos naturais só são riqueza depois de aplicado o conhecimento sobre eles. Por enquanto, somos pobres.

Não nos iludamos porque ainda há muitos cientistas e muitos políticos que pensam que o conhecimento está destinado a ser produzido só por alguns estados neste País. Não nos iludamos, isso existe. Muita gente ainda pensa que deveria haver e ser preservada uma divisão nacional do trabalho e que algumas regiões deveriam ser condenadas apenas a servir de mão-de-obra para a exploração de indústrias, que não deveriam estar em todos os estados, nem conhecimento. Como se o brasileiro que nascesse no Amapá não tivesse o direito de ser cientista, a não ser que viajasse para outro estado e se localizasse em outra universidade.

Não há pacto federativo justo no Brasil. O Brasil é uma Nação ainda em constituição. Não há reconhecimento dos mesmos direitos dentro do País. É por isso que, quando se olha a Amazônia, olha-se apenas a natureza, não se observam sua cultura e as pessoas. A Amazônia tem de ser preservada por todo o mundo. A ONG só está preocupada com a preservação da floresta para diversos interesses, que sabemos quais são, e não se volta para as pessoas e as populações. E neste País, às vezes, ela manda mais do que os que são eleitos democraticamente pela própria população brasileira. São questões graves que temos de enfrentar, e temos de reverter a noção de pacto federativo.

Hoje, São Paulo é contra o incentivo fiscal porque já se industrializou. Lutou décadas pelo incentivo fiscal, e agora, que está industrializado, não quer conceder à Amazônia, como se o tratamento pudesse ser igual, e é injusto. Se São Paulo exportasse minério, não haveria a Lei Kandir. Só existe essa lei porque não atinge o estado de São Paulo. En-

tão, temos que reverter essa noção de pacto federativo, e só podemos revertê-lo mudando a balança do conhecimento. Ou damos conhecimento aos nossos nativos regionais... Não adianta, é importante virem doutores de fora, mas é importante formarmos doutores aqui, com que tem a responsabilidade do compromisso com a região.

Pedido

Então, farei um pedido, em cima desta reflexão: quando se criam universidades no Sul, disponibilizam-se mais vagas. Não tenho nada contra o Sul, estudei em São Paulo, e os considero meus irmãos. Digo isso na frente de todos os paulistas meus amigos, que sabem disso e há vários que concordam. Por exemplo: a Universidade do Pampa e a Universidade do ABC foram criadas recentemente, ambas com 700 vagas, o que é muito bom, excelente. Mas quando se criou no Amapá, foi com 50 vagas; em Roraima, com 80 vagas; em Rondônia, com 100 vagas. Leva-se um século para passar de 100 para 200 vagas. Quando as matrizes de concurso público se reproduzem, vão em cima da proporcionalidade histórica, que é injusta na origem. Então, todos vão ganhar 10% de vagas. Ótimo. Mas um ganha 10% sobre 50; outro, 10% sobre 5 mil! Então, que pacto federativo é esse?

Qual foi a grande reivindicação, o grande desafio? Ou nós, banca-da Amazônia, conseguimos, do governo federal, uma inflexão, em determinado momento da história, para podermos dizer que serão destinadas 5 mil vagas de concurso para toda a região, por fora da matriz do Ministério da Educação, porque aquela matriz não vai corrigir distorções. Essa é uma decisão política do governo federal. Ou fazemos isso ou não teremos a densidade científica de que precisamos para dar saltos e, daqui a 20 anos, estaremos no mesmo patamar relativo, do qual o Ennio falou, em que estamos hoje.

A Universidade Federal do Pará passou de 100 vagas para 800 – estaremos chegando a 800 doutores no mês que vem – sem quase acrescentar corpo docente nos últimos 20 anos. Nós fizemos isso porque qualificamos aqueles que tínhamos. Felizmente, Ennio, não precisamos mais de 2 mil doutores na Federal do Pará; se nos derem 200 doutores, eu garanto, pelo nível a que nós já chegamos, que da-

remos um salto e faremos uma pequena revolução científica na região amazônica. As outras universidades precisam mais do que a Federal do Pará, e precisamos nuclear essas outras instituições, também.

É uma vergonha que somente na Universidade Federal do Pará – não me orgulho disso, acho uma vergonha – tenhamos a metade da produção científica da região. Uma só instituição tem quase a metade, 40% dos doutores! Isso é uma vergonha. Não pode haver essa discriminação. Mas não pode haver soma zero entre nós; todo mundo tem que ganhar além do que tem para podermos criar uma rede de produção inteligente na região.

Desafio

A árvore em pé é importante, e para mudarmos o modelo de desenvolvimento, temos que mudar o tratamento da floresta. A árvore em pé pode significar fitoterápicos, nutrientes, cosméticos, óleos que podem valer mais que o metro cúbico de madeira. Mas isso supõe conhecimento, indústrias de base, tecnologia.

Empresários na região querem que a universidade entregue o produto pronto. Mas a universidade não faz produto; faz ciência. Quem faz produto é a empresa. A inovação tecnológica é incentivada por empresas. Agora, se não tivermos empreendedores, não há inovação, mas se não tivermos suficientes cientistas, também não haverá inovação.

Então, a grande conquista política que o Congresso Nacional, que a bancada da Amazônia pode fazer é conseguir do governo Lula – que tem se mostrado sensível à questão da universidade pública e tem dado sinais de que está preocupado com a redução das desigualdades regionais – um volume de concursos públicos para as universidades da Amazônia que marquem a história, e mudem, por uma inflexão diferenciada, o pamatar em que nós nos encontramos. Aí, nós garantimos aos senhores, a Amazônia poderá ter a sua soberania assegurada e poderá ser inserida no projeto de Nação.

O Brasil tem de entender que a Amazônia é um desafio e que ela tem de render para o País – não é render para ela própria, mas para o País. Não estamos aqui criando qualquer tipo de absurdo imaginário. Essa região vai representar um grande interesse para o mundo quando faltar água, quando a temperatura aumentar, e assim por diante, e o

Brasil perderá a Amazônia literalmente para uma nova ordem mundial. Os nossos exércitos, como no Iraque ou em qualquer lugar, terão condições ridículas de defesa. Ou fazemos isso ou as gerações futuras cobrarão a nossa omissão e a nossa falta de visão e conhecimento das tendências do mundo e da história.

Muito obrigado.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Lúcio Flávio. Por favor, seja breve.

LÚCIO FLÁVIO DE SOUSA MOREIRA - Meu nome é Lúcio Flávio, sou membro do Conselho da SBPC e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nestes três minutos, vou tentar abordar quatro pontos rapidamente.

Primeiro, é um prazer indescritível estar na presença de vocês. Segundo, foi um prazer ter participado da abertura da SBPC, no domingo, e ouvir as falas do governador do Amazonas e da Governadora do Pará sobre os compromissos e as ações já encetadas em relação ao tema que estamos discutindo hoje. De fato, para quem participou da famosa reunião de 1976, em Brasília, da SBPC, onde os primeiros brados mais fortes de “abaixo a ditadura” apareceram e, agora, 31 anos depois, ver isso – porque é a primeira vez, nas reuniões anuais da SBPC, que temos tamanho número de parlamentares para discutir esse tema específico – é absolutamente agradável e prazeroso.

O segundo ponto é o pensar grande, a longo prazo e com muita perseverança, obviamente sem perder de vista o imediato. Digo isso porque os grandes projetos que se conhecem com sucesso no mundo são pensados com 25 anos para a frente, que é o período de uma geração. Programas de educação, programas de ciência e tecnologia, seguramente, começamos agora e, daqui a 25 anos, teremos jovens formados, com uma nova cultura, com novas visões e novas possibilidades. Obviamente que não vamos esperar 25 anos para ver produto, mas já pensamos em 25 anos e executamos um projeto onde no próximo ano teremos isso, em cada ano isso, somando até atingir os 25 anos. E, seguramente, um trabalho feito em parceria com a área executiva, no caso me guio pelas palavras dos governadores do Pará e da Amazônia na abertura e pela presença de um número tão grande de parlamentares do Legislativo, seguramente esse trabalho será mais fácil.

Quero reforçar as palavras dos expositores que me antecederam. O atual ministro da Ciência e Tecnologia, o Prof. Sérgio Rezende, que inclusive recentemente deixou de ser membro do Conselho da SBPC, sempre, nas suas palestras, mostra um mapa com o contorno dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e do Japão, no qual há pontinhos de centros de pesquisas e universidades. Em todos os mapas, esses pontinhos estão distribuídos mais ou menos igualmente em todas as regiões. No Brasil, se fizermos o contorno do País e distribuirmos pontinhos nos importantes centros de pesquisa e universidades, verificaremos a existência de uma concentração maior no Sudeste e com alguma variante no Sul.

A meu ver, poderíamos usar nessa empreitada – e já foi abordado aqui – um princípio absolutamente caro do SUS, do Sistema Único de Saúde, que tem como principais princípios a universalidade, a integralidade e a equidade. Vamos usar a equidade nessa empreitada! Tratar os desiguais igualmente é a melhor forma de manter a desigualdade, e o SUS tem como um dos seus princípios tratar os desiguais desigualmente, reforçando ações principalmente nas comunidades em que as ações precisam ser mais energeticamente implementadas.

Obrigado.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Tem a palavra o Sr. Willian Gama e, em seguida, o Sr. José Raimundo.

WILLIAM GAMA – Sou William Gama, presidente da Associação dos Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – Inpa.

Recentemente

Até fizemos essa campanha: “Diga não à extinção dos cientistas brasileiros na Amazônia”, porque, na verdade, é uma espécie em extinção. É impossível um cientista com mais de 30 anos de carreira receber menos do que um policial federal no início de carreira. Isso é um absurdo.

Faço uma reflexão juntos aos nossos deputados com relação a algo que considero bastante relevante e que é pouco citada: a agenda de pesquisa da Amazônia. Quer dizer, estamos sempre nas modas... Estudando a história da ciência na Amazônia, observamos que o CNPq,

em 1978, fez uma avaliação, uma série de avaliações, e notava que não havia nada que falasse em consideração à natureza. Esse assunto passou a ser, dez anos depois, uma avalanche; hoje, é a questão do aquecimento global. Tudo é aquecimento global. Vamos discutir o que é ciência neste País e o que é ciência nesta região. A malária não é mais importante, nada mais é importante, quer dizer, é tudo colocado de fora para dentro. Refiro-me também aos temas de pesquisa. Não temos nossa própria agenda.

Se fizermos como o Ministério da Ciência e Tecnologia fez no ano passado, para saber o que a população quer em relação à ciência, certamente não vão estar presentes essas temáticas que, de certa forma, são impostas de fora para dentro e viram um frenesi.

Philip Fearnside, pesquisador do INPA, em 1982, publicou um artigo dizendo que toda a Amazônia iria acabar até o ano 2000. Que ciência é essa?

Temos de discutir o que é ciência neste País, porque futurologia não leva a lugar nenhum.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Antes de passar a palavra a José Raimundo Coelho, peço ao Raupp que me substitua, por favor, na coordenação dos trabalhos. Não posso deixar de comparecer a outro compromisso. Peço desculpas. Volto em breve.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - É uma demonstração da informalidade e da efetividade da SBPC. O presidente não tomou posse ainda, mas já assume aqui esta função.

Com a palavra o Sr. José Raimundo.

JOSÉ RAIMUNDO COELHO - Meu nome é José Raimundo, então não preciso explicar que tenho alguma ligação com o Norte. Na realidade, sou maranhense. Tenho alguma coisa na alma, por isso tenho de me preocupar com essa região também.

Estou aqui na condição de sócio da SBPC, membro da nova diretoria, sou do parque tecnológico de São José dos Campos, e tenho me preocupado com duas questões: a política pública e a sua implementação.

Vejo aqui que ninguém discorda, e é impressionante. A única convergência que há na SBPC é quando se refere à Amazônia. Não há o que se discutir o que é importante ou não, pois é motivo de convergência total. Qualquer questão que se levante, imediatamente, há

convergência, haja vista que a Mesa é composta de vários deputados de diversos partidos; portanto, há uma convergência brilhante, o que demonstra que não se trata de discutir se isso é importante ou não.

Existem situações que são simples de serem observadas no que se refere à Amazônia. Por exemplo, formação de recursos humanos de alto nível, uma questão unânime. E por que é importante endereçarmos essa questão para o ambiente do Poder Legislativo? Porque o Poder Executivo parece que não tem instrumentos para resolvê-la. Instrumentos têm de ser criados. E quem cria instrumentos adequados? É o Poder Legislativo.

Hoje, não são só os institutos e as universidades da Amazônia que estão passando por essa fase de calamidade, são todas as universidades e institutos do Brasil. Sabem qual é a média de idade dos pesquisadores no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe? Cinquenta anos. Com média de idade de cinquenta anos, como vamos fazer desenvolvimento de pesquisas? Estamos engessados. Existe uma coisa chamada Regime Jurídico Único, que só permite contratação de pesquisadores por meio de concursos. Quando são aprovados no concurso, passam a fazer parte de um grupo de pessoas inatingíveis. Pode-se deixar de fazer pesquisa ou qualquer coisa, e não acontece absolutamente nada.

Desenvolvimento

É claro que temos de repensar esse quadro estrutural terrível em que assentamos as bases do nosso desenvolvimento neste País.

Outra coisa também é chocante. Estamos num estado fornecedor de matéria-prima. Nós nos vangloriamos de exportar todo o nosso minério de ferro para a China, achamos isso bonito. Consta das estatísticas que o déficit na balança comercial está diminuindo porque temos excelente matriz exportadora. Às custas de quê? De falta de agregado tecnológico.

O Poder Legislativo deveria repensar essa matriz e criar instrumentos próprios para admitir e exigir o agregado tecnológico. É o agregado tecnológico que vai beneficiar a população do estado do Amazonas e a do estado do Pará, por exemplo.

Os senhores conhecem a história, os ciclos de evolução. Aqui, principalmente, ocorreu o ciclo da borracha. No Brasil aconteceu ainda o ciclo do café, o ciclo do ouro. E o que resta quando termina o ciclo? O ciclo termina rápido. Por quê? Por exemplo, com o desenvolvimento tecnológico, substitui-se a borracha, faz-se a borracha sintética. O que restou disso? E o que vai restar do ciclo do minério de ferro? Temos de aproveitar o ciclo para beneficiar a população.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, agregado tecnológico é fundamental.

Outra coisa ainda me deixou perplexo aqui. Ultimamente fico mais no Sul e no Sudeste do que no Norte. No Sudeste, e também em outras partes deste País, pensamos que Deus não é muito justo, porque colocou água no Brasil em uma região de baixa densidade populacional. Há estresse hídrico em várias bacias lá. Aqui há excesso de água. Entretanto, as populações ribeirinhas, que moram muito próximas da água, não têm água para beber. E o governador fala o seguinte: "Não adianta pensarmos em águas profundas porque aqui não temos tecnologia para obter águas profundas". Mas para que tecnologia para retirar água dos aquíferos se aqui é o local em que há mais água no mundo?

Srs. Deputados, aqui moramos muito próximos da água, e não temos água para beber. Temos de pegar a água da chuva. Temos de aproveitar um elemento do ciclo hidrológico para nos servir de algo que é abundante, em escala quase infinita.

Então, há alguma coisa errada. Admito que possamos viver com paradoxos, a ciência está acostumada a isso, mas nesses casos isso é absolutamente inaceitável.

Obrigado.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Com a palavra o próximo inscrito, o Sr. Fernando Palácios.

FERNANDO PALÁCIOS - Bom dia a todos. Sou o reitor da Universidade do estado do Pará. Quero saudar os deputados e o senador aqui presente.

Este é um momento histórico para nós. Faço parte de um protocolo de integração, do qual sou o atual presidente, que congrega quatro universidades do nosso estado, um centro universitário e um centro tecnológico. No protocolo, nós reitores estamos sempre conversando, dizendo

da importância de trazer os deputados, os senadores, principalmente os representantes do estado do Pará, para discutir questões sobre Amazônia, educação superior da Amazônia, ciência e tecnologia na Amazônia. Quanto a esse aspecto, gostaria de ressaltar a importância dos senhores.

Faço uma saudação em nome do Prof. Waldir Maranhão, que é deputado federal por nosso estado e ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão. Participou conosco das nossas associações, da luta das universidades estaduais a respeito da interiorização da educação superior no País.

Eu gostaria de ressaltar dois aspectos importantes do que foi exposto pelos oradores que me antecederam. Refiro-me primeiro à questão do pacto federativo. Dentro desse tema, desejo falar um pouco sobre a acessibilidade à educação superior. Fazendo-se um levantamento da educação superior no estado do Pará e na região amazônica como um todo, vê-se hoje que a média de jovens entre 18 e 24 anos frequentando a educação superior na nossa região é em torno de 7%. A média brasileira é de 12%, mas a média do sul do País já está chegando a 30%. Ou seja, há uma diferença muito grande, e isso vai implicar uma outra questão levantada aqui, desde o início da SBPC: o futuro, as gerações que virão. Com 7% de jovens entre 18 e 24 anos frequentando a educação superior, vamos ter realmente um déficit de inteligência que não vai permitir o ganho intelectual necessário para a nossa região.

Amazônia

Às vezes falamos sobre a Amazônia e achamos que ela precisa de grandes recursos. Se considerarmos a questão macro da Amazônia, é lógico que precisaremos de grandes recursos. Mas, na área de ciência e tecnologia, é preciso trazermos a questão para o presente, para a realidade. Sou reitor de uma universidade que tem 14 núcleos no interior. Não precisamos de 20 milhões de reais, precisamos de muito menos do que isso, e com muito menos do que isso poderíamos duplicar, triplicar a sensibilidade das pessoas com a educação superior, poderíamos fazer laboratórios básicos em núcleos regionais, o que por si só criaria uma disseminação muito importante da ciência.

Então, é uma questão de prioridade. Sou reitor há sete anos e meio, sei que recebemos uma série de demandas. Os deputados devem recebê-las também. É uma questão de priorizar, e agora, rapidamente, porque os resultados serão muito rápidos também.

O Prof. Alex falou sobre a Universidade Federal. Ela está pronta, com 200 doutores, com departamentos que estariam despontando na área de pesquisa. A Universidade do estado, não, é mais nova, está com quinze anos, precisa de mais fomento, mais implemento na formação de doutores, mas, independentemente disso, cumprirá seu papel até alcançar determinado patamar.

Gostaria de falar também sobre a expectativa de podermos trabalhar em conjunto a nossa região, no sentido de priorizar a ciência e a tecnologia, que são fundamentais para o pacto federativo, no que diz respeito não apenas ao geral, mas também à interiorização do desenvolvimento no Brasil e também às futuras gerações.

Era esse o recado que eu gostaria de deixar.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Alguém mais no plenário gostaria de intervir? Por favor, inscrevam-se.

Concedo a palavra ao Sr. Ximenes, de A Crítica, de Manaus, um conterrâneo do extremo sul do País.

ANTONIO XIMENES - Bom dia.

A Crítica está trabalhando diariamente na cobertura de ciência e tecnologia. É uma política nossa, que vai durar todo o ano, ou seja, é uma conquista do meio acadêmico na imprensa.

Eu queria fazer um questionamento apenas à deputada Vanessa. A Samsung, em Manaus, construiu o laboratório de TV digital da Ufam. O investimento foi superior a 650 mil reais, e vai ter desdobramentos de alguns milhões de dólares. O governo federal, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Secretário-Executivo, Dr. Elias, disse ontem que a prioridade será um trabalho em conjunto da academia com as empresas para desenvolver produtos. Gostaria de saber, deputada, deputados em geral, sobre a possibilidade de haver um trabalho mais forte das empresas de capital estrangeiro, no sentido de que possa haver esta participação: tecnologia nacional, 70%, tecnologia – capital, melhor dito – do estrangeiro, 30%.

Estou trazendo uma preocupação do Pólo Industrial de Manaus e dos conselhos diretores das grandes multinacionais que se perguntam como podem participar mais ativamente da pesquisa e da produção de produtos no Brasil, na Amazônia. Dei exemplo concreto nessa área, o do laboratório de TV digital da UFAM. Haverá outros laboratórios, se houver maior participação do capital estrangeiro na pesquisa.

Basicamente, era o que eu tinha a dizer.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Com a palavra a Sra. Maria Rita.

MARIA RITA - Bom dia a todos. Sou professora da Universidade Federal do Pará. Sou mais uma doutora, com disse o professor, que ganha 5 mil reais por mês, com dedicação exclusiva.

Eu sou da área de saúde, trabalho no Hospital Universitário. Uma vez, durante um evento no hospital, um ex-governador do Pará disse que o Brasil é o quintal do mundo e a Amazônia é o quintal do Brasil. Às vezes, acreditamos que as coisas são mais ou menos assim. Repito aqui o que outros já disseram: temos uma dificuldade muito grande na questão dos recursos e sabemos que muito disso é uma questão política.

Trabalhei por mais de 12 anos em Tucuruí, no interior do estado, durante a construção da maior hidrelétrica nacional, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. No hospital de lá, éramos aproximadamente 50 médicos, sem falar nos demais profissionais da área de saúde. Esse hospital foi estadualizado, já não é mais um hospital que dá assistência à construção da hidrelétrica. Se formos lá ver, não deve ter mais do que meia dúzia de médicos.

Política

Por que isso acontece? Por que na época em que trazíamos profissionais do Brasil e do exterior para trabalhar na obra tínhamos recursos, e hoje não? Porque quem está vivendo lá atualmente, na sua grande maioria, é a população local. Aliás, fazendo um paralelo com o que disse o professor do Maranhão sobre a água, saliento que as pessoas que vivem ao lado da maior usina geradora de energia hidrelétrica do Brasil não têm luz elétrica em casa. Por que isso acontece? Por que o povo não reivindica? Essa é uma questão política, sim. Trata-se de decisão política, sim.

Em 2005 foi lançado um edital – Ministério da Saúde, Finep – para financiar centros de pesquisas clínicas em hospitais universitários no Brasil. Uma das exigências do edital: 30% da verba, se não estou enganada, deveria ser destinada a centros de pesquisas da Região Norte, até porque parte da verba a ser distribuída tinha recursos da Amazônia.

O Hospital Universitário Barros Barreto participou do edital, assim como o hospital universitário do Amazonas, mas qual não foi a nossa surpresa quando saiu o resultado do edital. Foram escolhidos 4 centros do estado de São Paulo – é bom frisar que nada tenho contra o Sudeste, até porque foi lá que fiz a minha pós-graduação stricto sensu e lato sensu –, três ou quatro do Rio de Janeiro, dois de Porto Alegre, dois de Pernambuco, dois do Ceará e, finalmente, um do Maranhão. Quando eles escolheram esses centros, quem decidiu talvez tenha pensado que o Maranhão fizesse parte da Região Norte, porque para o Norte não veio nenhum centro, apesar de no edital estar dito que 30% teriam que ser destinados a centros daqui. Participamos do edital, não foi incompetência nossa, temos certeza.

Essas são questões políticas. Depois de muita solicitação e interferência, incluíram a Universidade Federal do Pará, incluíram o Pará e a Fundação de Medicina Tropical de Manaus para participar desse grupo de dezenove centros de pesquisa que fazem parte de uma rede nacional de pesquisa clínica. Entretanto, a verba que foi distribuída no edital não veio mais para nós. Fomos só incluídos.

Por sinal, Srs. Deputados, estamos preparando um projeto para montar um centro de pesquisas clínicas nosso, aqui na universidade, englobando a área de saúde. E vamos precisar de recursos. Três milhões é pouco, acho que isso é muito pouco. Vamos precisar de recursos para pesquisar não doenças tropicais, como o povo fala, porque as doenças não são tropicais. Sabemos que é ignorância histórica quando se usa o termo tropical nesse caso. Existia malária nos Estados Unidos na primeira metade do século passado. Então, ela não é tropical, é uma doença que existe por falta de recursos, de melhorias, de conhecimento. Na nossa região, precisamos melhorar nosso patamar. Nosso centro vai servir para pesquisar doenças que existem nesta região e no Brasil de forma geral, porque fazemos parte de uma rede.

Vou esperar o apoio quando precisarmos dele.

Obrigada.

JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO - Bom dia a todos. Sou biólogo e estudante de mestrado na Universidade Federal do Pará, campus universitário de Bragança.

Gostaria de parabenizar todos os parlamentares por estarem mostrando mais uma forma de exercício da democracia, apesar de sermos um país no qual ainda existe um resquício de ditadura muito forte, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste.

Gostaria também de ressaltar alguns pontos que acabei destacando das falas de todas as pessoas que me antecederam. Em primeiro lugar, coalizão política na Região Norte. Pela densidade populacional, temos apenas um terço da representação parlamentar no Congresso Nacional. Mas acredito que isso não venha a impedir um apoio maciço dos nossos parlamentares em relação aos investimentos em ciência e tecnologia, principalmente em pesquisas básicas que sejam aplicáveis à sociedade.

Desejo que os nossos parlamentares falem algo sobre a medida provisória – não me lembro do número, mas os senhores, com certeza, lembrarão – que me parece transfere do presidente da República para o Congresso Nacional a competência para concessão de área de proteção ambiental. Acredito que as unidades de conservação no País, principalmente na Amazônia, não têm a fiscalização necessária, que deveria existir para que realmente fossem preservadas. Ficará muito dificultada a criação dessas unidades se realmente a autorização passar para as mãos dos parlamentares, porque sabemos que o número de



**Reitores das
Universidades, Diretores
dos Centros de Pesquisas
e estudantes participantes
da 59ª Reunião Anual da
Sociedade Brasileira para
o Progresso da Ciência**

parlamentares que não querem a formação dessas unidades é muito maior do que o dos que querem.

Para finalizar minha fala, gostaria de fazer um apelo aos nossos parlamentares, para que pedissem a seus colegas no Congresso Nacional uma investigação maior, mais aprofundada em relação aos nossos poucos recursos para a Região Norte relativamente à pesquisa. O objetivo é saber se realmente esses recursos estão sendo aplicados de forma séria. Já são poucos, e, se não forem aplicados de forma séria, talvez a coisa fique mais complicada, como disse o Prof. Alex e outros professores que me antecederam. Podem ser muito mais do que vinte anos, poderão ser até quarenta anos, e ainda estaremos discutindo no mesmo patamar em que estamos.

Muito obrigado.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Vou abrir espaço para mais duas inscrições. Depois temos que passar a palavra para os parlamentares. Alguém mais quer inscrever-se? Há uma inscrição.

Com a palavra a próxima inscrita.

ELISABETE BROCKI - Sou diretora técnico-científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam.

Eu gostaria de trazer para os parlamentares três pontos. O primeiro reforça a questão da equidade. Há necessidade de desenharmos programas específicos para a Amazônia em termos de editais para apoio à pesquisa. Consideremos, por exemplo, a legislação dos fundos setoriais. O primeiro dos fundos, que foi o CTPETRO, previa que pelo menos 40% dos recursos fossem aplicados nas Regiões Norte e Nordeste. Os fundos seguintes reduziram isso a 30%, e ainda incluíram a Região Centro-Oeste. Podemos ler isso de outra maneira: há uma reserva de 70% desses recursos para as Regiões Sul e Sudeste.

Há necessidade de programas específicos e articulados para a região. Podemos observar, por exemplo, os efeitos do programa de pesquisa em saúde PPSUS, que buscou uma estratégia descentralizada de investimentos, em parceria com os estados. E os resultados os senhores podem verificar no site, tanto no que diz respeito à definição da temática quanto à aplicação de recursos. Hoje, temos investimentos dos Governos Estaduais na mesma proporção daqueles aportados pelo governo federal, tamanho o impacto dessa ação nos estados.

Também entendemos haver necessidade de ações transversais entre os Ministérios. Muito do que foi dito aqui mostra a necessidade de convergência entre as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia e as do Ministério da Educação. Isso existe, mas ainda se dá de forma bastante incipiente.

O Prof. José Aldemir falou da questão do patrimônio cultural. O outro desafio está nas engenharias. Isso está na agenda nacional, mas é preciso que os Srs. Parlamentares e as Sras. parlamentares entendam a importância disso para a nossa região. Um pouco sobre a questão de transporte foi falado pelo Dr. Ennio. Consideramos energia, transporte, construção e tantas outras temáticas que não vão trazer soluções aos problemas da região se não forem pesquisadas localmente, formando as competências locais em todos os níveis, no ensino tecnológico, de graduação e principalmente no de pós-graduação.

Obrigada.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Darei a palavra à última inscrita. Depois vamos fazer uma rodada com os parlamentares. Eu pediria que a deputada Vanessa organizasse a fala dos parlamentares.

Por favor, a senhora tem a palavra.

EDITH - Sou a Prof^a. Edith, da Universidade Federal de Roraima. Queria só reforçar algumas falas que já foram feitas relativamente à questão da importância do conhecimento para essa região. Sou paulista de nascimento, mas vivo em Roraima há tempo suficiente para me sentir muito mais uma amazônida do que uma paulista.

Queria considerar a questão do tratamento desigual aos desiguais. Acho que essa desigualdade em relação a situações desiguais é fundamental no nosso caso. Não temos condição de desenvolver a região sem fazer investimento em recursos humanos, pessoas que possam produzir conhecimento nessas universidades do Norte.

Hoje foi dito que Pará e Amazonas – Manaus, basicamente a Ufam – têm uma condição de pesquisa que é precária. Sabemos disso. Mas morremos de inveja, porque a comparamos com a situação em que estão Roraima, Tocantins, Acre, onde não temos nenhuma condição de trabalho hoje.

Evasão

Outra questão é a nossa qualificação ocorrer no centro-sul. Vários profissionais falaram sobre isso. Fazemos mestrado e doutorado no centro-sul. Atualmente, estou fazendo mestrado em Minas. Cada um que sai do seu local destrói sua vida pessoal, suas famílias, sua condição. Muitas vezes os nossos profissionais saem para qualificar-se; quando retornam, não têm condição de pesquisar. Alex disse que ele consegue manter duzentos. Parabéns. Nós que não temos condições de pesquisar estamos perdendo sistematicamente os doutores nos quais a própria universidade faz os investimentos. Eles são qualificados fora. Quando retornam, não encontram condições para realizar pesquisas na universidade e voltam para o Centro-Sul. Os poucos doutores que conseguimos captar, nas poucas vagas que os reitores conseguem ter, a duras penas, muitas vezes não permanecem na região. Isso é um problema grave para nós. A falta de políticas para a região vai mais longe. Até estamos conseguindo qualificar, mas não conseguimos fixar.

Outra questão é que realmente teremos de repensar a redistribuição de recursos de pesquisa. Os nossos doutores, na sua imensa maioria, são jovens doutores que não furam os critérios do CNPq, das agências financiadoras nacionais. Difícilmente, alguém que não tenha sete anos de doutorado consegue financiamento CNPq/Finep.

Quando eu tiver sete anos de doutorado, vou estar perto dos 70. Aí vou pesquisar o quê? Não estou dizendo que não terei condições nessa idade, mas será um pouco mais complicado do que é hoje. Os financiamentos de pesquisa precisam ser revistos.



**Parlamentares Membros
das Comissões da
Amazônia, Educação e
Comissão de Ciência e
Tecnologia**

Outra preocupação muito grande que tenho, particularmente no nosso estado, é com o brutal processo de fusão, disseminação e ampliação de universidades por todos os cantos, sem mestres e doutores. Não consigo imaginar que tipo de formação os nossos profissionais estão tendo. Aliás, imaginar é possível. É só olhar os resultados de sala de aula da educação básica que conseguimos entender o tipo de formação que se tem nessas universidades sem mestres e doutores lecionando. Universidades estaduais e um imenso número de universidades privadas estão sendo criadas. Em que condições a formação é feita? Não estou trazendo nada novo, mas é importante reforçar essa questão, trazendo a opinião de quem vive esse cotidiano dentro da universidade.

COORDENADOR (Marco Antonio Raupp) - Muito obrigado.

Diversos representantes do Congresso Nacional vieram aqui mais para ouvir do que para falar, mas queremos ouvi-los também. Passaremos agora para uma segunda fase, em que faremos uma rodada com os parlamentares.

Várias questões foram abordadas aqui, deputada, em várias escalas, desde políticas globais até problemas repetidos no exercício da profissão na região.

Peço à deputada Vanessa Grazziotin que coordene a fala das Sras. e Srs. Parlamentares.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada pela referência às senhoras. As mulheres, que não são maioria, ainda, agradecem. Não é, Marilene?

Acertamos com o Dr. Raupp que os parlamentares falariam e depois retornaríamos à plenária. Podemos ficar aqui até às 14 horas. A boa notícia é que todos os parlamentares estão inscritos para falar.

Eu gostaria, rapidamente, companheiros e companheiras, de falar um pouco a respeito do que ouvimos aqui e do que ouvimos numa audiência pública preparatória que realizamos na Comissão da Amazônia, na Câmara dos Deputados, e em várias reuniões que nós da bancada do Amazonas e de outros estados temos tido com o pessoal da área de ciência e tecnologia: Secretários Estaduais e Reitores das nossas universidades. Nessas reuniões, recebemos as demandas e procuramos dar encaminhamento a elas.

Não quero repetir os dados sobre a Amazônia. Todos que estão aqui sabem e por isso estamos aqui e temos uma SBPC, o que comemoramos muito. Temos várias razões para várias comemorações. Só falta a festa. Infelizmente, não vai ser aqui, hoje, mas depois faremos uma festa para comemorar.

Estamos comemorando o tema da SBPC deste ano, que coloca a Amazônia no patamar em que ela tem de ser colocada, como um desafio do Brasil e não daqueles que vivem na região amazônica.

Eu seria repetitiva se falasse que, dos 50 mil pesquisadores do Brasil, somente 2 mil estão na Amazônia. Seria repetitiva se falasse aqui dos orçamentos do INPA e do Museu Emílio Goeldi juntos, que não representam nem um quinto do orçamento do INPE, deputado Emanuel. Nada contra o INPE. Acho que o orçamento do INPE é pequeno ainda. Queremos ajudar – e ajudamos, efetivamente – aquela instituição em todos os projetos e programas lá desenvolvidos. Mas precisamos ampliar os orçamentos das nossas universidades.

Novas universidades estão sendo criadas na região do ABC Paulista. São importantes, mas precisamos levar a universidade para lugares neste Brasil onde não haja uma universidade sequer ainda.

Eu gostaria, neste momento, de centrar minha fala, primeiro, na necessidade que nós, do Parlamento, temos de fazer autocrítica. Não quero falar pelos meus colegas. Falo por mim. Entendo que nossa presença aqui é uma forma de autocrítica. Temos que estar mais presentes, próximos da população, das comunidades, dos segmentos, captando suas reivindicações e dando encaminhamento a elas.

Positiva

Precisamos construir uma agenda positiva para o Congresso Nacional, e é isso que estamos fazendo aqui, de forma conjunta – pesquisadores, estudantes, juventude e parlamentares.

Penso que precisamos tirar algumas propostas desta reunião. Se não aprovarmos e formalizarmos propostas hoje aqui, Dr. Ennio, precisamos pelo menos encaminhar algo. Nós todos ouvimos, tenho certeza, e anotamos uma série de reivindicações. Agora nós temos que eleger o que é prioridade. A SBPC elege as suas: 1- formar pesquisadores e inteligências na região e também captar inteligências para a

região; 2- fortalecer, ampliar, estabelecer mais instituições de ensino e pesquisa na região. E segue-se uma série de questões levantadas.

Em 2003, o presidente da República, mudando um pouco o paradigma da elaboração de programas, planos, projetos, reuniu os novos governadores no estado do Acre e, a partir dali, veio a primeira versão do PAS – Plano Amazônia Sustentável. Era para ser primeiro um programa e depois passou a ser um plano.

Esse plano não foi construído apenas pelo governo federal. Ele procurou envolver toda a sociedade brasileira, a população e a inteligência local, o Parlamento, o Poder Executivo, em todos os seus níveis. E por isso mesmo ele inova.

Em 2006, foi feita nova versão, atualizada, do plano, com audiências públicas sendo realizadas em todos os estados da região amazônica. Essa nova versão ainda não foi sistematizada, após as audiências públicas do PAS. Agora, nós podemos perguntar e, ao mesmo tempo, responder: o PAS tem um nível aceitável de conhecimento e prioridade no nosso País? Não tem. Quem conhece o PAS? E o PAC? Todos nós conhecemos e já ouvimos falar a respeito do PAC, não é verdade? O presidente da República está fazendo uma verdadeira maratona de viagens, lançou o PAC em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Amazonas, no Pará.

A ciência e tecnologia está elaborando o PAC da ciência e tecnologia. O Ministério da Agricultura está elaborando o PAC da agricultura brasileira. Nós precisamos do PAC da Amazônia, não de um no Amazonas, outro no Pará, em Rondônia, no Acre. Não. O PAC da Amazônia seria um instrumento para acelerar o PAS, um programa de desenvolvimento da Amazônia. Eu acho que esse deve ser o nosso grande desafio, o desafio do Parlamento brasileiro, da inteligência do País, de todos.

Direito

Eu comparo a Amazônia às mulheres. Nós conseguimos o direito de freqüentar a escola, as universidades, bem depois dos homens. O direito ao voto é da década de 30. Nós somos quantos por cento do Parlamento brasileiro? Oito por cento. Temos renda 30% menor. Mas já temos nível de escolaridade superior ao que têm os homens. Isso é graças à nossa dedicação, mas também a políticas afirmativas que vimos aplicando. Atualmente, todo partido político tem que reservar 30% de vagas para as mulheres.

Vamos ampliar as políticas afirmativas para a Amazônia, porque, nesse ritmo, daqui a vinte anos estaremos lamentando o mesmo percentual, ou então passamos de 1% para 3%, e o País não cresce, porque enquanto 60% do território fica paralisado o País não cresce. É isso que devemos fazer.

Não estão presentes todos os deputados da nossa Comissão, mas quero dizer que de nossa parte estamos muito empenhados, e decididos, a lançar uma pauta positiva no Congresso Nacional. Não há um ditado que diz que se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé? Precisamos fazer isso. Vamos ao presidente da República para dizer a S.Exa. que a Amazônia tem de ser vista e tratada de forma diferente. Plano é muito bom, mas se plano não tem meta, não tem tempo, ele não vale nada. O PAS é muito bonito, mas é um plano no papel. Nós queremos tirá-lo do papel e colocá-lo na prática. Esse é o nosso desafio, e é por isso que todos vamos lutar.

Com a palavra o deputado Emanuel, que representa a Comissão de Ciência e Tecnologia.

DEPUTADO EMANUEL - Boa tarde a todos. Eu, na verdade, vim aqui para ouvir, representando o nosso presidente, deputado Julio Semeghini, mas estou achando bastante interessante, primeiro, conhecer a Região Norte, que eu não conhecia, segundo, participar de uma reunião da SBPC, já que eu sou do meio. Eu sou do INPE. Fazia satélites, mas como eu não aprendi matemática, segundo meus adversários, eu entrei para a política. Estou aprendendo um pouco.

Eu fui prefeito por certo tempo. Percebo que temos, primeiro, uma luta comum e, segundo, uma luta regional. Na luta comum, como lembrou o José Raimundo, o Brasil tem insistido, ao longo dos últimos

25 anos, em querer crescer como cresceu até a década de 80. Até a década de 80, o Brasil cresceu à custa da exploração de mão-de-obra barata, sem preocupação alguma com meio ambiente, com terra barata, etc. Essa época não voltará mais.

Essa agenda passou para o Japão, para o sudeste asiático. Nós não somos mais competitivos nessa agenda. O que nós temos de fazer, então? Sentar e chorar? Declarar guerra aos orientais? Não. Temos de fazer o que os países centrais fizeram: aplicar não só em conhecimento científico e tecnológico, mas também em tecnologias apropriadas.

Eu estava falando com a deputada Vanessa e dizia que nós temos que pegar cadeia por cadeia, no sertão, nas fronteiras amazônicas, e procurar adicionar conhecimento. Nós, que somos da área de ciências, precisamos melhorar a derivada, porque na integral vai dar certo, e não tentar acertar uma bolada.

Quando nós derrubamos a ditadura, nós jogamos fora, na minha opinião, os planejamentos. O que nós chamávamos de tecnocracia jogamos fora. Nós, cientistas, ficamos meio fora de tudo isso, e agora me parece que voltamos à agenda central. Eu acho que nós precisamos ter uma ação mais afirmativa. É aí que entra em cena a Comissão de Ciência e Tecnologia, para atuar nesse campo.

Está-se reclamando aqui que os 30% ou 40% que vêm para as Regiões Norte e Nordeste não estão vindo integralmente. O Fundo Setorial não é fundo. Não sei se todos sabem, mas o dinheiro não é acumulado. Trata-se de um programa. Nós temos que brigar para, primeiro, o escoadouro ser integral, o que é óbvio, e desse montante, os 30% ou os 40%, dependendo do fundo, venham para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – ou mesmo Norte e Nordeste somente. Mas temos que brigar para que se acumule, do contrário não adianta nada.

Programa

Ter um programa, como disse a deputada Vanessa, da boca para fora, não adianta nada. Nós precisamos mais de fazimento do que de planejamento. Parece que esta é uma agenda comum a todos nós.

Eu sou um deputado que não pertence sequer ao baixo clero. Eu sou seminarista, nesse contexto. Ainda estou aprendendo um pouco no Parlamento nacional. Mas eu me arriscaria, baseado numa experiência

própria, em dizer que em muitas situações falta foco. Aqui, na região, parece-me, há alguns focos bastantes claros, como a biodiversidade. Alguém falou – eu acho que foi o Secretário – sobre a questão da lingüística, que é importante, porque temos aqui imenso número de dialetos ou línguas – não sei ao certo, porque não sou dessa área.

Eu venho de uma escola que colocou o foco, e o Brasil hoje tem uma grande indústria aeronáutica. O ITA tem 500 alunos, e faz 50 anos que não muda o número de alunos – 500 alunos. Mas produziu uma indústria de sucesso. Parece-me que, em algumas regiões, precisamos analisar estado por estado e beneficiar quem se destaca.

O estado do Amazonas fez a Fapeam. É preciso que haja mais dinheiro para incentivar outros estados a fazerem fundações de pesquisas também. Mas cada uma das regiões tem que ter foco. Aí conseguiremos melhorar.

Contem comigo. Apesar de o Inpe estar sediado em São José dos Campos, estamos querendo fazer o nosso próximo satélite da Amazônia, um satélite equatorial que vai orbitar em latitudes bem definidas, se não me engano de -25° a $+25^{\circ}$, ou seja, um satélite que tem um propósito tecnológico e um propósito de vigilância. Ou seja, é um projeto nacional.

Nessa briga regional eu não entro, porque acho que todo mundo tem que ter o seu desenvolvimento. A Vanessa pode contar com a Comissão de Ciência e Tecnologia para a briga geral, que é da nossa geração. A geração dos nossos avós fez o Brasil crescer a 5%, 6% ou 7%; a nossa geração é ridícula. Faz 25 anos que o Brasil cresce a taxas de 2,5%, e não parece haver perspectiva, embora no curto prazo haja uma bolha. E não há perspectiva porque, na área de agregação tecnológica, não estamos fazendo o dever de casa.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - O próximo inscrito é o deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Bom-dia a todos. Cumprimento de modo especial o presidente Ennio Candotti; o Marco Antonio Raupp, o novo presidente eleito da SBPC; e todos os colegas. Em nome da Subcomissão de Mudanças Climáticas e do nosso presidente,

deputado Eduardo Gomes, quero saudar todos os pesquisadores, reitores e estudantes aqui presentes.

Primeiro quero dizer que devemos comemorar o momento que estamos vivendo. Como disse o presidente Ennio Candotti, pela primeira vez num congresso da SBPC temos uma reunião com 16 parlamentares. Acredito que isso reflete a liderança da nossa amiga deputada Vanessa Grazziotin, presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, mas demonstra outras 2 coisas: uma crescente sensibilização do Congresso brasileiro em relação aos temas de ciência, tecnologia e inovação; e também uma percepção da comunidade científica sobre a importância de aumentar sua interação com o meio político em benefício do nosso País.

Gostaria de, muito rapidamente, comentar duas questões. O Brasil vem ampliando a sua produção científica. Precisamos ampliá-la cada vez mais, mas também acelerar a nossa produção tecnológica. Hoje, estamos em determinado patamar no cenário mundial da produção científica, mas estamos num patamar muito inferior no que se refere à produção tecnológica.

Muito se falou aqui em agregar valor aos nossos produtos por meio do conhecimento. O Congresso Nacional deu importante contribuição há alguns anos, ao aprovar a Lei de Inovação Tecnológica. Precisamos acelerar e aprofundar a implantação dessa lei. Talvez valesse a pena uma audiência pública no Congresso para avaliar a Lei de Inovação e a sua implantação.



**Parlamentares Membros
das Comissões da
Amazônia, Educação e
Comissão de Ciência e
Tecnologia**

Outra questão que gostaria de levantar para reflexão da SBPC é se não já estaria na hora de criarmos um fundo setorial, com o objetivo de financiar pesquisas na área das ciências humanas, sociais. Muito se falou aqui sobre a importância de diversos temas. Acho que a inteligência brasileira precisa se debruçar sobre isso, construir novos modelos, para que possamos enfrentar os grandes desafios sociais que temos pela frente.

Quero deixar registrado que, no âmbito da Subcomissão de Mudanças Climáticas – e digo isso com muita satisfação –, já há o consenso de que é preciso fortalecer, e com recursos, a pesquisa no Brasil, os institutos de ciência e tecnologia, as universidades brasileiras. Como disse o reitor da Universidade do Pará, Prof. Alex Fiúza, a forma mais inteligente e sustentável de promover e desenvolver a Amazônia é por intermédio do conhecimento.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, deputado Rodrigo. V.Exa. nos deu exemplo quanto ao tempo. Foi bem sucinto.

Com a palavra o senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY - Bom dia a todos. Dr. Ennio, presidente da SBPC; deputada Vanessa Grazziotin, Presidenta da Comissão da Amazônia; Sras. e Srs. Deputados das diversas bancadas dos estados da Amazônia; Srs. Reitores das Universidades federais e Estaduais; pesquisadores; estudantes; vereadores de Belém, nossos cumprimentos a todos.

Como já assinalado por vários oradores, este momento é fundamental para a interação que deve ocorrer entre a comunidade científica e o Parlamento brasileiro. Talvez precisemos trabalhar com maior afinco e interesse essa vinculação do debate político mais geral, conduzido nas 2 Casas que formam o Congresso Nacional, em interação com a sociedade brasileira, com esse mais específico estabelecido com os estudiosos dos diversos ramos das ciências.

Ressalto a importância deste momento e destaco pelo menos alguns aspectos. Primeiro, quando a SBPC realiza sua 59ª Reunião Anual, em Belém, tendo como tema Amazônia: Desafio Nacional, todos nós precisamos ter bem claro a que Amazônia estamos nos referindo, se à Amazônia dos milhares de brasileiros empobrecidos ou àquela

cujo processo mais recente de desenvolvimento tem tido como marca a implantação de forma autoritária de uma visão de desenvolvimento e de grandes projetos que mais têm levado à degradação ambiental, ao desmonte e à desagregação das pessoas, das culturas, dos povos tradicionais da região, dos indígenas, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos agricultores, enfim, daqueles que constituem a grande massa que vive neste território.

Por conta disso, no âmbito do Parlamento e da comunidade científica – e este encontro da SBPC é um momento importantíssimo para isso –, precisamos definir qual o modelo de desenvolvimento que interessa ao povo da Amazônia. Não falo dos interesses poderosos que circulam e se implantam aqui e que, inclusive, em certa medida, acabam muitas vezes direcionando o rumo da pesquisa científica. A que interesses, a que cidadãos, a que grupo, a que segmentos devem servir o conhecimento e a pesquisa produzida pelas nossas universidades e pelas instituições de pesquisa da Amazônia?

Questões

É fundamental, antes de tudo, redefinir a pauta de questões que deve orientar a pesquisa científica, para termos clareza se ela vai efetivamente contribuir – como é o seu papel – para minorar as desigualdades, as diferenças, e o subdesenvolvimento que permanece aqui de forma tão evidente. Por isso, antes de qualquer definição melhor quanto ao aporte de recursos, quanto à garantia de que será ampliado o número de pesquisadores, de doutores, para produzir conhecimento para servir aos verdadeiros interesses da sociedade amazônica, é fundamental, minha cara coordenadora, deputada Vanessa Grazziotin, segundo uma visão de desenvolvimento que devemos aprofundar, definir a que questões devem estar vinculadas a pesquisa científica na Amazônia, a tecnologia, a inovação tecnológica, para servir à grande maioria do nosso povo.

Somos ainda campeões de trabalho escravo, com relações atrasadas no grau em que constatamos aqui. Somos também campeões na violência no campo. E tratamos nossos ancestrais, os indígenas, de forma desrespeitosa. Essas questões devem orientar toda a pesquisa que devemos fazer na academia, para que o investimento seja volta-

do, primeiro e unicamente, para as maiorias que habitam a Amazônia e não apenas as minorias que aqui se implantam com sede de lucro, para extrair os nossos recursos naturais, sejam eles minerais, sejam eles florestais, para enriquecer a alguns poucos. Essa dinâmica precisa ser alterada.

No âmbito da Comissão da Amazônia, para encerrar, proponho que se dê continuidade ao debate, do qual esta reunião faz parte, e que a Comissão, juntamente com o SBPC, a partir dos resultados desta reunião anual em Belém, com as instituições de pesquisa, com as nossas universidades e os nossos institutos, realize, proximamente, talvez no mês de agosto, uma reunião de trabalho, um foro, para dar continuidade ao que aqui está sendo discutido, para definir o que é fundamental na pauta da pesquisa científica para a Amazônia e as estratégias para conseguir os apoios necessários à implementação dessas pesquisas, ao fortalecimento da educação de ciência e tecnologia, a serviço da comunidade regional. Só assim poderemos avançar, não permitindo que o atraso permaneça ou que aquilo que produzimos não vise garantir o pleno desenvolvimento econômico e social que concebemos, desenvolvimento para as maiorias, e não pesquisa e conhecimento acumulado para servir aos interesses a que historicamente têm servido, para reproduzir a miséria e a desigualdade que estamos combatendo.

O apelo à bancada da Amazônia aqui representada é para que nós possamos usar a força política que temos. Acho que a usamos pouco. Muitas vezes, deputados, nós somos, em cada estado da Amazônia, uma ilhazinha de interesse. Cada qual olha para o seu estado. Não há uma visão mais global da realidade regional. Por isso, às vezes, perdemos-nos em questões menores.

Portanto, a hora é de aproveitar este momento para juntar a força política de todos os partidos, de todas as tendências, para que possamos fortalecer o desenvolvimento sustentado da Amazônia e, sobretudo, o compromisso de promover as transformações que as atuais e futuras gerações cobrarão de todos nós.

Vamos unir as nossas forças junto ao governo, aos órgãos da Administração federal, para garantir políticas que efetivamente promovam o desenvolvimento e contribuam para melhorar a vida das pessoas.

Afinal de contas, se o Poder Público – em particular, o Parlamento – não fizer a sua parte, as futuras gerações nos cobrarão essa omissão.

Um grande abraço e muito obrigado a todos.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Muito obrigado, senador José Nery. Tenho plena convicção de que, desde já, com a sua participação, teremos não só o apoio, mas a integração do Senado Federal nessa luta. Daqui para frente, vamos procurar trabalhar em conjunto com o Senado Federal, que não tem uma Comissão da Amazônia e do Desenvolvimento Regional, mas uma Subcomissão que trata do tema.

O próximo inscrito é o deputado Waldir Maranhão, ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão, como fiquei sabendo agora.

DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, Sr. senador, senhoras e senhores, recebam o bom dia de alguém que sempre insiste em dizer que tudo começa pela educação e que está muito feliz com o reencontro com a academia.

E, se tudo começa pela educação, certamente aí está a nossa pedra angular. Assim, na condição de parlamentar e olhando para os semblantes dos nossos pesquisadores, estou certo de que podemos acreditar num Brasil bem diferente apesar de todas as suas adversidades.

Sou do vizinho estado do Maranhão, amazônida, portanto, e carrego comigo a boa lembrança de ter sido reitor da Universidade Estadual do Maranhão por duas vezes. Desse passado não muito distante, ressalto aqui o papel do Parlamento na educação e na cidadania do povo.

Os parlamentares que se inscrevem para falar, como todos nós aqui presentes o fizemos, expressaram o sentimento da unidade dentro da adversidade que estamos vivendo.

Amazônia: Um Desafio Nacional. Na semana passada, fizemos acontecer e coordenamos seminário na Comissão de Educação sobre o tema Educação e Ciência na Amazônia. Tivemos, então, a oportunidade de assistir às exposições do Dr. Adalberto Val, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa; da Dra. Ana Maria Bonetti, da Universidade Federal de Uberlândia, e da Dra. Tatiana de Abreu Sá, secretária-executiva da Embrapa.

Amazônia

Em bom debate, vou sintetizar aquilo o que pode traduzir uma base conceitual, para que nós, parlamentares, saíamos dessa reunião com o entendimento de que é possível, sim, criar o Fundo de Ciência e Tecnologia da Amazônia. E por que não?

Ainda que tenhamos os fundos setoriais no papel, se queremos enfrentar o desafio nacional – e tudo começa pela educação –, devemos construir esse fundo. E, certamente, o presidente não conseguirá cristalizar o PAC, se não houver a valorização do ser humano. É o desenvolvimento social que vai dar o ponto de equilíbrio.

Sr. presidente, com essa manifestação, reitero o propósito e o compromisso de um Brasil menos desigual social e economicamente, o que só será possível se prevalecer esse sentimento de educação que nos une.

Não posso apagar da minha memória aquilo que ouvi, no café da manhã, do Dr. Warwick Kerr – e quem não conhece, na SBPC, na comunidade científica, o Dr. Kerr? Na ocasião, perguntei: como está? E ele disse: “Estou vivo, ainda acreditando na ciência e na tecnologia”.

Com essas palavras, manifesto minhas saudações e reitero o nosso propósito de pensar o Brasil naquilo que estamos debatendo e aprendendo com todos que se manifestaram nesta reunião.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - O Dr. Kerr é um paulista amazônida, visto que já dirigiu por duas vezes o Instituto de Pesquisa da Amazônia. Ele não tem apenas um grande carinho, mas um grande conhecimento da região.

Com a palavra o deputado Paulo Rocha.

DEPUTADO PAULO ROCHA - Sra. Presidenta, caro Dr. Ennio Can-dotti, colegas parlamentares, Vereadores, senhoras e senhores pesquisadores, professoras e professores, estudantes, minhas saudações.

Vou tecer comentários a respeito de questões bem concretas.

Quando criamos a Comissão da Amazônia na Câmara Federal, tínhamos exatamente a idéia de transformá-la numa caixa de ressonância dos problemas da Amazônia. Depois, ela foi ampliada para Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, embora continue conhecida simplesmente como a Comissão da Amazônia. E ali tem havido grandes debates sobre a região.

Sra. Presidenta, falávamos, um dia desses, da necessidade de novamente articularmos a chamada bancada da Amazônia. Fizemos um grande esforço para transformar essa bancada numa força política capaz de fazer valer, perante o Congresso Nacional, essa correlação de forças que aqui todos estão reclamando, para assegurar o debate dessas diferenças em âmbito nacional.

Estou muito orgulhoso de participar deste grande encontro histórico com os nossos cientistas, futuros cientistas e a classe política da nossa região. Chamo a atenção dos colegas parlamentares e daqueles que já compreenderam essa relação política com a bancada para a questão da criação da nova Sudam. E precisamos exigir do presidente Lula que sancione imediatamente a criação da nova Sudam. Fui o relator do projeto de criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Segundo o parecer exarado, na aplicação desse fundo, 1,5% teria de ser direcionado para a área de ciência e tecnologia. E hoje, nesse fundo, há a previsão de cerca de 1 bilhão por ano, se não estou enganado, o que significa que 15 milhões no Orçamento da Sudam serão aplicados na área da ciência e tecnologia. A medida é importante no direcionamento das várias aplicações aqui levantadas.

Em relação à nossa bancada, temos grande potencial para, por meio de emendas ao Orçamento da União, direcionar para várias regiões a aplicação dos recursos. Temos três potenciais de emendas redirecionadas para aplicação científica. Primeiro, a emenda de bancada. E, segundo o testemunho do reitor Alex Fiúza, historicamente a bancada do estado do Pará assegura emenda para as três universidades – e também estão aqui o Sr. Fernando Palácios, reitor da Universidade do estado do Pará – UEPA, e o Sr. Marco Aurélio Nunes, reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA –, no intuito de assegurar a interiorização. Considero importante que as bancadas de cada estado direcionem suas emendas para essa questão.

Segundo, a emenda de bancada da região, que poderá ser aplicada especificamente nessa questão. E, por fim, a emenda da Comissão, no caso, da Comissão da Amazônia. Temos direito a cinco emendas ao Orçamento da União, que poderão ser direcionadas diretamente para isso.

A meu ver, são propostas bem concretas que acabam fazendo esse diferencial na tentativa de buscar essas soluções aqui tão reclamadas.

Muito obrigado.

JOSÉ RAIMUNDO COELHO - Permita-me um aparte, pois preocupa-me essa questão. A meu ver, 1 bilhão, ou seja, 1,5% para ciência e tecnologia é muito pouco. Precisávamos de, no mínimo, 10%, mas, embora 1,5% seja um troco, pelo menos alguma coisa vai para a ciência e tecnologia.

Além disso, precisamos de infra-estrutura para sustentar o bom uso do bilhão. Se não houver bases sólidas para implementar o bilhão, ele será utilizado para alguma coisa de que, daqui a dez anos, vamos nos arrepender. Um bilhão já foi investido na Amazônia nos últimos dez anos, por fundos semelhantes ao da Sudam e não deu em nada. Por quê? Porque não há bases sólidas, não há nada em que investir que faça diferença. Portanto, modestamente digo 10%, mas, se tivesse de assinar, eu assinaria 20%.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Registro a presença do Dr. Djalma Mello, Diretor-Geral da ADA, órgão que logo será a Sudam – aliás, já é Sudam, falta apenas o decreto da regulamentação e instalação. Precisamos resolver isso para também solucionarmos os problemas da ciência e tecnologia.

DJALMA BEZERRA MELLO - Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares, primeiro, quero expressar minha alegria — e tenho certeza que essa alegria é de toda a equipe da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – de estar aqui, no meu estado, na sede da Agência, que será a sede da Sudam.

O deputado Paulo Rocha foi bastante direto ao focar o que existe de importante na futura Sudam. Quero apenas explicar para o Tesoureiro da SBPC, que fez um aparte muito Interessante, que não é só esse recurso que a futura Sudam vai ter para ciência e tecnologia. Já vejo esse recurso para a alteração do fundo, mas o fundo é direcionado para financiar empresas privadas, sobretudo na construção de infra-estrutura. Ele já está financiando, por exemplo, 5 PCHs, pequenas centrais hidrelétricas, portos, enfim, a infra-estrutura da Amazônia.

Começo dizendo que a Amazônia não é problema, mas solução para o Brasil, como todos aqui sabem. A Amazônia é solução para o Brasil. A solução econômica e social do País pode estar calcada no que vai acontecer na Amazônia. Acreditamos nisso, não por sermos da ADA, mas porque somos estudiosos – eu também vim da academia, sou professor da Universidade Federal do Amazonas, e tenho certeza de que a Amazônia é solução.

A Sudam terá um orçamento. O presidente Lula ainda não baixou decreto estabelecendo a forma definitiva para a Sudam, mas está lutando pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR, um fundo que, este sim, pode ter até 4 bilhões para infra-estrutura e ciência e tecnologia.

Então, como disse o deputado Paulo Rocha, de qualquer maneira, embora esse fundo vá financiar uma parte pequena, é melhor do que antes, quando não havia nem isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO NEUDO CAMPOS - Primeiro, quero saudar a deputada Vanessa Grazziotin, que, com a sua liderança, conseguiu trazer aqui a maioria dos deputados, algo inédito numa reunião fora de Brasília.

Mais uma vez, parabéns ao Dr. Ennio Candotti, a quem saúdo também pela visão de aproximar a ciência da política, porque a ciência sozinha avança apenas até um certo ponto. E aqui tudo o que eu ouvi mostrou a necessidade premente de ter a ciência o apoio político. Mas, Dr. Candotti, por mais que não se expresse, há um distanciamento. Os próprios cientistas, as próprias universidades, de certo modo, mantêm-se distantes e não percebem que os políticos são importantes na busca dos recursos.

Por exemplo, uma professora falou aqui das necessidades da Universidade Federal de Roraima, expondo as suas necessidades, mas nunca chamou ou convocou os deputados federais e os senadores, para que pudéssemos fazer alguma coisa. Não podemos resolver todos os problemas, mas podemos direcionar as emendas ao Orçamento. Se estiver faltando laboratório, por exemplo, eu teria o maior prazer de resolver isso.

Na condição de governador do meu estado, fiz uma escola dentro da universidade, e na condição de deputado, estou aqui para servir,

mas é preciso que conversemos, que haja movimentos como o que está acontecendo neste momento, para que saibamos claramente que um precisa do outro.

Verdade

Pena que o senador saiu, porque queria dizer a S.Exa. que, nessa história toda sobre a Amazônia, os deputados amazônidas são algo em torno de 17% da Câmara. Então, a Amazônia lá não é tão forte como no Senado, onde um terço de seus membros é da Amazônia. Na verdade, isso não produz diferença alguma. Na verdade, temos força política, temos número suficiente, mas somos profundamente desunidos. Um parlamentar amazônida é tão distante do outro quanto nossos estados são. São distâncias amazônicas, e temos de vencer isso. Como? Com reuniões como essa, com a nossa visão conjunta sobre isso. Há muitos deputados que não estão aqui presentes, mas que querem ajudar, entretanto, ficam todos trabalhando de forma individual. Agora, porém, temos a graça de ter a presidente da Comissão da Amazônia trabalhando de forma que merece os nossos parabéns.

Então, vejo que temos potencial para resolver muitos problemas da Amazônia, mas só conseguiremos fazê-lo se nos unirmos. Não devemos ficar apenas nos queixando.

Com relação ao biodiesel, no meu estado há algo em torno de 200 mil hectares de áreas degradadas, e grande parte da população é formada de irmãos nordestinos que ali se fixaram. Quem menos tem terra possui 60 hectares, o que não é suficiente para sustentar uma família, pois hoje não se retira de uma terra assim nem 200 reais. O programa de biodiesel pode propiciar, primeiro, o uso das terras degradadas, com o compromisso de não se derrubar uma única árvore; segundo, a resolução de problema social que se arrasta há muito e para o qual não temos dado solução alguma.

Antevejo o programa do biodiesel como extremamente promissor para o meu estado e tenho absoluta certeza de que todos os estados da Amazônia, de certo modo, têm problema semelhante e podem ter uma solução semelhante também.

Não poderia deixar de falar, embora não seja referente à ciência, sobre a questão que se estabeleceu no Brasil em relação à inserção

da Venezuela no Mercosul. A imprensa brasileira, de modo geral, e alguns políticos, de modo particular, têm confundido coisas diferentes: a política do presidente Chávez e a Venezuela. Muitos não gostam do presidente Chávez e, por isso, têm feito uma campanha incisiva para que a Venezuela não entre no Mercosul.

Prejuízos

Esse é um erro crasso, intolerável e que prejudica muito os estados da Amazônia. O Pará, por exemplo, será prejudicado; Roraima, que é a fronteira viva com a Venezuela, também, assim como a Zona Franca de Manaus. Todos seremos prejudicados. Não podemos deixar isso acontecer, porque é apenas pinimba, uma vez que, na verdade, a Venezuela é muito importante para nós e a sua inserção no Mercosul vai facilitar muitas coisas. Não podemos nos deixar levar por pontos de vista que são apenas superficiais de quem está em outro estado que não faz fronteira, que não tem interesse nem convivência, que não sabe o que é Venezuela nem quem são os venezuelanos.

Quando o Brasil foi campeão do mundo na Copa de 94, por exemplo, os venezuelanos amanheceram o dia fazendo carreatas, festejando a nossa vitória. Agora mesmo está acontecendo a Copa América lá na Venezuela e, mais uma vez, os venezuelanos estão dando provas fortes do amor que sentem pelos brasileiros, vestindo-se e pintando-se de verde e amarelo, torcendo pelo Brasil, embora muitas vezes a atuação do Brasil não tenha merecido toda essa torcida. Mas tenho esperança – porque quando o Brasil começa mal termina bem — de que ainda vá ser campeão da Copa América.

Então, quero dizer a todos os meu companheiros deputados que a Venezuela é muito importante para nós. Os governantes passam, mas os países ficam.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, deputado Neudo Campos. O próximo inscrito é o deputado Urzeni Rocha, do estado de Roraima.

DEPUTADO URZENI ROCHA - Parabenizo o presidente do SBPC, Sr. Ennio Candotti, e toda a comunidade científica presente. Cumprimento também os deputados, quase todos da Amazônia. É uma

satisfação estar hoje neste encontro tão importante, e aqui estou mais para ouvir do que para falar, embora queira ressaltar alguns pontos que, no meu entender, não ficaram tão claros nas intervenções que antecederam a minha.

O reitor da Universidade Federal do Pará foi muito feliz quando mostrou seus pontos de reflexão, que ficaram cristalinos na nossa memória, sobre o que pensa e o que é a Amazônia para o Brasil e para o mundo.

No meu entender, existe no Brasil grande inversão de prioridades. Pelos números apresentados pelo presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, podemos verificar que os valores de recursos destinados à ciência, à tecnologia e à pesquisa são infinitamente inferiores, por exemplo, ao que é destinado a ONGs espalhadas na Amazônia brasileira e das quais, em grande parte, desconhecemos as finalidades. Se perguntarmos qual a razão da existência e da presença de tantos organismos internacionais na Amazônia, não sabemos. E temos certeza absoluta de que uma grande maioria desses organismos são financiados com o dinheiro do povo brasileiro.

Por que essa inversão? Por que a ciência e a tecnologia no Brasil não merecem um tratamento diferenciado em relação a organismos que não sabemos por que existem nem por que estão presentes? Uma organização que está enfiada lá no mato, lá na floresta, está pesquisando o quê? E ninguém questiona isso. É preciso que voltemos o pensamento para essas situações, para que possamos mudá-las. Repito: há muito mais investimentos nesses organismos do que na própria ciência brasileira, na formação de inteligências brasileiras.

Quando se discute a Amazônia, quando se discute preservação, já se pensa logo na floresta e, às vezes, não se discute a situação das cidades. Tem-se discutir isso quando se faz preservação.

Por que, por exemplo, não se discute preservação em São Paulo, uma metrópole mundial? Por que não se fala dos dejetos, do lixo, dos problemas ambientais de São Paulo? O problema ambiental é só a selva amazônica? Só a mata amazônica é problema ambiental no mundo? E os grandes centros do Brasil que poluem, que fazem mal à sociedade? É preciso discutir o outro lado também. Portanto, esses são pontos sobre os quais precisamos refletir.

Falou-se aqui em pacto federativo. Isso é um ponto no Parlamento. Nós, que somos parlamentares, temos que pegar esse tema com força, com jeito e com vontade, porque no Brasil as desigualdades são muito grandes em todos os aspectos.

Na Amazônia, existe extraordinária riqueza em termos de cultura e biodiversidade. Aqui existem seres humanos que precisam crescer, desenvolver-se. Quem está lá no Rio Grande do Sul e no Paraná também precisa disso. Quem vai pagar essa conta? Se temos de preservar, onde está o direito de nos desenvolvermos? Será que não temos esse direito também? Os estados do Sudeste tiveram essa oportunidade, porque anteriormente não se discutia ecologia no País, e agora, que se discute, a Amazônia é culpada de tudo?

Pacto

Portanto, precisamos pensar na questão do pacto federativo, da igualdade, da distribuição das oportunidades no Brasil. E é lógico que isso envolve o Parlamento. como defendo e vou continuar defendendo. O Brasil são vários Brasis, é um país de dimensão continental, com várias culturas, várias raças, várias etnias. Existem diferenças entre os brasileiros.

Tomo a legislação e vejo que ela não pode ser igual – e defendo isso, mesmo que alguém me chame de maluco. A legislação brasileira não pode ser igual. Uma questão ambiental, por exemplo, não pode ser igual para São Paulo, para o Paraná e para Roraima ou outro estado da Amazônia. São situações diferentes.

Nos Estados Unidos, cada estado da Federação tem sua legislação própria, respeitando a sua cultura, as suas condições econômicas e sociais, a sua história. No Brasil, não adianta fazermos no Congresso Nacional uma lei que tenha a mesma validade para questões de São Paulo e do Amazonas. São realidades diferentes. Eu defendo uma legislação específica para a Amazônia. Espero tenhamos oportunidade de fazer uma legislação que seja do interesse dos 20 milhões de amazônidas. Isso evidentemente passa pelo que disseram o deputado Paulo Rocha e outros que me antecederam: é preciso que haja uma união da bancada da Amazônia. Ninguém vai chegar a lugar algum sozinho, pensando no seu próprio umbigo. Vamos promover a Amazônia a partir de uma identidade única no Parlamento, pensando da mesma

maneira os problemas da região. Então, fica para a bancada regional a proposta de trabalharmos uma agenda positiva para a Amazônia.

Por fim, concordo com o presidente quando diz que 1% é muito pouco. Talvez os 20% que está pedindo sejam muito. Mas acho que a comunidade científica brasileira precisa de um apoio maior do governo federal para investimentos, porque a história nos mostra que todos os países que priorizaram a educação hoje são vencedores, como os Estados Unidos e o Japão. Também defendo essa posição.

Muito obrigado.

JOSÉ RAIMUNDO COELHO - Quanto aos 20% de que falei, não se trata de pesquisa de bancada, o 1,5% é mais do que suficiente. Falo em 20% porque penso que a Amazônia precisa, por exemplo, de um satélite geoestacionário, um programa que exige muitos milhões. Pensar o desenvolvimento da Amazônia não é planejamento de um escritório de engenharia tradicional. E é esse pensar que exige os 20%, pelo menos, de investimento. Um satélite geoestacionário pode mudar o desenvolvimento da Amazônia. Lembrem-se de que Manaus ainda está fora da rede de alta velocidade, está “fora do mundo”, entre aspas, da comunicação rápida. Precisamos de grandes investimentos.

COORDENADOR (deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado e concedo a palavra à atuante deputada Perpétua Almeida, do Acre e que preside a “Frente Parlamentar Amazônia para Sempre”.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Bom dia a todos. Cumprimento o nosso presidente Ennio. Cumprimento os parlamentares na pessoa da companheira Elcione, que está desenvolvendo um grande trabalho.

Sinto-me aqui como às vezes me sinto na Comissão da Amazônia: falando para nós, amazônidas sempre. É como se sentíssemos a necessidade de que o resto do Brasil pudesse ouvir o nosso eco, o nosso grito, o nosso apelo. Às vezes fazemos isso com insistência e o resultado não é muito significativo. Percebo isso no dia-a-dia do Congresso, como se nós, amazônidas, estivéssemos pagando o preço de termos nos protegido até aqui. Essa é a sensação que temos quando não conseguimos ultrapassar algumas barreiras do chamado desenvolvimento.

Em nome de ultrapassarmos algumas barreiras, quero pedir que o documento final deste encontro tão importante da SBPC sobre a Amazônia seja levado ao Congresso Nacional num grande ato político

das Comissões da Amazônia, de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente, ocasião em que poderíamos entregá-lo oficial e solenemente ao Congresso Nacional e assim despertar as demais regiões do País.

Gostaria também que do documento constassem alguns itens que considero importantes, como, por exemplo, a briga da Frente Parlamentar Amazônia para Sempre pelo FPE Verde, que consideramos uma forma de compensar os estados da Amazônia, que se protegeram até aqui, que têm áreas ambientais preservadas, que têm florestas nacionais, que têm terras indígenas.

Quando fazemos o debate sobre a redistribuição do FPE, que beneficia a Amazônia brasileira, os estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste se levantam contra nós. É como se nós continuássemos falando sozinhos. Por isso é importante a defesa de um debate como este, que acaba aumentando a quantidade de recursos para investimento na Amazônia brasileira.

Humano

Suportamos calados alguns índices nacionais e internacionais como, por exemplo, o IDH. Não consigo conceber que o Índice de Desenvolvimento Humano, que mede o desenvolvimento humano de todas as cidades do Brasil e do mundo, tenha o mesmo critério para a Amazônia brasileira. Ninguém me convence de que um caboclo que mora em qualquer das cidades da Amazônia, que bebe água corrente dos igarapés, que come macaxera, açaí e castanhas colhidos na hora, que come nosso beiju natural, tenha uma vida menos preservada ou menos digna do que tem quem mora na Rocinha, no Rio de Janeiro.

Precisamos exigir o IDH da Floresta. Nosso Índice de Desenvolvimento Humano deve ser medido de forma diferente, levando em conta as diferenças que tem a Amazônia brasileira. Essa é mais uma barreira que precisamos ultrapassar.

Por fim, senhoras e senhores, precisamos incluir no documento algumas ações ousadas, do tipo reflorestar o País, reaproveitar as áreas degradadas, debater o desmate zero.

Debater o desmate zero exigirá o debate seguinte, sobre compensação para as comunidades que vivem na floresta e ainda têm neces-

cidade de brocar seu roçado e queimar a capoeira. Que alternativas vamos oferecer para essas comunidades amazônidas, que são ricas nos conhecimentos tradicionais, se ainda matamos nossos índios da Amazônia ou lhes tiramos as terras, se ainda desconsideramos a vida do seringueiro, do ribeirinho, da catadora de coco ou babaçu e, ainda, o trabalho das parteiras tradicionais?

É muito importante que, ao valorizar os conhecimentos tradicionais, valorizemos, ao mesmo tempo, evidentemente, as populações tradicionais, mas com um comportamento distinto para todas elas. É fundamental que nosso documento proponha ações ousadas. Vamos criar coragem e debater o desmate zero, o reflorestamento da Amazônia, o reaproveitamento de nossas áreas degradadas, a necessidade de um IDH diferente para a Amazônia por conta de suas diferenças e, ainda, brigar por projetos importantes, como o FPE Verde, que vai ajudar a maioria dos estados brasileiros.

Obrigada.

COORDENADOR (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, deputada Perpétua. A deputada Elcione acaba de me lembrar que temos de estar às 14h no aeroporto. Assim, quero mais uma vez renovar o apelo já feito pelo Prof. Ennio Candotti no sentido de que todos sejam breves em suas manifestações.

Com a palavra o deputado Ilderlei Cordeiro.

DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus mais este grande dia, agradecer de coração por esta reunião, que é motivo de grande orgulho para todos nós, da Amazônia, e, assim espero, trará resultados satisfatórios em benefício de todos nós.

Quero também agradecer ao Prof. Ennio, aos reitores, doutores, professores e alunos, às universidades e a todas as pessoas que vieram participar desta audiência.

Quero, por fim, agradecer à SBPC, às autoridades presentes e, em especial, a todos os amazônidas que aqui moramos, sofremos e brigamos por dias melhores. Nós somos heróis, nós é que sabemos o que está acontecendo no dia-a-dia de nossa população. As autoridades impõem leis e mais leis, mas não nos oferecem condições de dias me-

lhores. E essa é a minha briga no Congresso Nacional. Não adianta o Congresso ouvir ministros e ministros, do Meio Ambiente ou do que for, não adianta aprovar leis, mesmo que importantes, se continuamos sofrendo por falta de melhores condições de saúde e de vida.

Governo

O governo não investe em ciência e tecnologia para que se busquem alternativas para o produtor rural. Não adianta dizer que vamos acabar com o desmatamento. Isso não é possível. Precisamos construir casas, canoas. Ou seja, sempre vai haver desmatamento, ainda que menor, porque temos que preservar nossa região. Os estrangeiros só pensam em preservação, e nós que vivemos na Amazônia somos pressionados por eles e pelo governo a nos mantermos enjaulados, enquanto eles permanecem livres. Não queremos isso, não. Queremos melhores condições, dias melhores, uma vida melhor.

É uma vergonha que o governo ainda não tenha investido em ciência e tecnologia para explorar nossos produtos, como, por exemplo, e dos mais simples, a mandioca. Fui a São Paulo para saber que, lá, da mandioca, que aqui na Amazônia é de cultivo nativo, se faz biocombustível. Não precisamos de cana-de-açúcar por aqui. Já temos a mandioca, o dendê, a mamona. Mas o governo não investe em alternativas. Ele construiu o Muro de Berlim na Amazônia, onde o biocombustível não existe. Isso é ridículo. Precisamos buscar terras degradadas e encontrar alternativas para nosso povo plantar, colher e viver em nossa região.

Nossos jovens estão abandonados, com poucas condições de estudo. Temos muitos discursos bonitos. Queremos melhores condições. Mais de 50% do Congresso Nacional foi renovado, mas temos visto muita desunião, um querendo passar por cima do outro. Agora temos um compromisso assumido, e espero que nós, deputados federais, o cumpramos. A bancada do Norte precisa unir-se para lutar pelo desenvolvimento de nossa região.

Os amazônidas fazem manifestações para dizer que a Amazônia é nossa, e não dos estrangeiros, que vêm e investem na região, enquanto permanecemos calados. Somos nós quem os acolhemos. Nosso povo,

abandonado, troca seus conhecimentos por qualquer tecnologia que os estrangeiros lhe apresentem. É preciso acabar com isso. É preciso investir na universidade e buscar alternativas.

Espero, junto com a bancada, ajudar minha região. A deputada Vanessa Grazziotin foi forte em realizar esta reunião, porque não é fácil. Combater a malária, por exemplo, não tem sido fácil. A doença é campeã no Acre, onde o número de casos aumentou mais de 600% nos últimos cinco anos. Também as contaminações por hepatite têm aumentado, e ninguém diz ou faz nada. Daqui a pouco vamos ter que importar sangue dos outros estados, porque não teremos mais doadores de sangue na Amazônia.

Repito que precisamos buscar condições, buscar dias melhores e alternativas criativas para nossa população. No que depender de nós, vamos nos unir e buscar tecnologias que nos permitam melhorar as condições de vida da região Amazônica. Agradecemos a todos que aqui vieram e podem contar conosco.

Obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Agradecemos a participação do deputado Ilderlei Cordeiro.

Há ainda seis parlamentares inscritos, e mais importante do que nossos horários de voo é que outro painel está previsto para começar às 14h. Peço brevidade.

Com a palavra o deputado Zé Geraldo.

DEPUTADO ZÉ GERALDO - Serei breve, Sra. Presidenta, até porque já está tudo dito.

Quero parabenizar a todos por esta conferência. Foram, na verdade, dois grandes eventos: semana passada, a Semana da Educação e, agora, a Conferência da Ciência.

Confesso-me animado com a decisão do governo Lula de priorizar investimentos na Amazônia, como já começou a fazer com o Nordeste. Acredito que teremos, sim, condições de investir muitos mais recursos em ciência e tecnologia, até porque, se não fizermos isso, as coisas se complicarão.

Uma vez que haja mais dinheiro para rodovias e hidrovias, para reforma agrária, para energia, para habitação e saneamento — Pará e

Amazonas ganharam muito com o PAC –, tem de haver também mais dinheiro para ciência e tecnologia, ou os demais investimentos não darão muitos frutos.

Advertência

Faço, no entanto, uma advertência. Falamos muito sobre o baixo IDH, particularmente em alguns municípios. No Pará, por exemplo, está uma das regiões mais pobres do Brasil e do Planeta, a Ilha de Marajó. Mas não é só por falta de ciência e tecnologia que a região está assim: há muita ciência e tecnologia produzidas que não foram nem estão sendo aplicadas. Portanto, falta também, e muito, decisão política, como falta decisão política de mais investimentos em ciência e tecnologia.

Se há dez anos tivesse havido um programa de abastecimento de água no estado do Pará, as 143 cidades do estado teriam água, mas hoje a maioria delas não tem. Se não houver decisão política agora, não haverá água para nenhuma daqui a dez anos – e posso dizer que existe ciência e tecnologia para levar água a todas as cidades do estado do Pará.

Cabe-nos, portanto, ponderar. Às vezes atribuímos o problema à falta de investimento em ciência e tecnologia, mas a verdade é que há muita ciência e tecnologia produzidas que, no entanto, não chegam à ponta. Enquanto não produzimos mais ciência e tecnologia, precisamos fazer com que a que temos chegue à ponta e beneficie nosso povo.

Obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Com a palavra o deputado Marcio Junqueira.

DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Boa tarde a todos.

O tempo de que disponho é curto. Por falar em tempo, acho que devemos entender exatamente isto: não podemos mais perder tempo.

Não podemos mais perder tempo com discussões, quando todos, na verdade, já sabemos o que de fato existe – e o que de fato existe é má gestão; recursos, em nosso País, existem à vontade, até porque o sistema de tributação brasileiro cobra à frente, nós pagamos à frente. O que existe é má gestão, falta de investimentos, falta de brasilidade.

Portanto, eu tinha elaborado alguns tópicos, mas, como o problema é tempo, creio ser este tempo de união, tempo de se pensar o futuro.

Hoje, mais uma vez, veio à minha mente palavras como “levantar”. Na verdade, temos que nos levantar, discutir nossos problemas e resolvê-los. Achar defeitos é muito fácil. Então, se já achamos os defeitos, vamos resolvê-los. Vamos nos levantar. Vamos assumir a nossa grandeza. Falo isso apesar de ser do menor estado da Federação, porém assumo que é Brasil, que é meu estado e tenho orgulho de ser de lá. Nós temos que sentir orgulho, orgulho de sermos brasileiros, de sabermos que podemos fazer tão bem ou melhor do que os outros já fizeram. Hoje, apesar de todo o desgaste que temos no País, sinto muito orgulho de ser deputado federal e de ser congressista, porque, tanto quanto meus colegas, estou aqui com todo respeito, determinação e vontade de mudar.

Muito obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Há quem não acredita, mas deputado também é disciplinado. Os dois parlamentares falaram exatamente por dois minutos.

Com a palavra, o Deputado Lira Maia.

DEPUTADO LIRA MAIA - Boa tarde. A exemplo do que fizeram os demais, quero exaltar a importância desta reunião para nós. É uma oportunidade ímpar de colocar a comunidade científica em contato com o Parlamento brasileiro. Quero também fazer algumas sugestões.

Temos a Sudam, criada em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia – SPVEA, e que veio a ser substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e agora voltou a ser Sudam. Em minha opinião, a discussão sobre a Amazônia deve se dar na base do desenvolvimento sustentável. E penso que o instrumento que nos está faltando é exatamente o conhecimento por meio do zoneamento econômico-ecológico.

Temos cometido alguns equívocos na Amazônia ao permitir que alguns produtores, com 100% da área degradada, possam plantar em apenas 20% dessa mesma área. O governo hoje assenta, vamos supor, mil famílias em 1 milhão de hectares e autoriza que sejam derrubados 20% dessa área. Ou seja, derrubam duzentos hectares de uma área, quando já temos terras prontas para produzir. Portanto, o

zoneamento econômico-ecológico, na minha opinião, resgataria tal questão e daria ao desenvolvimento o rumo que queremos.

No estado do Amazonas está hoje a maior área de preservação ambiental da Amazônia, porque lá está a Zona Franca gerando emprego e renda. Será que essa seria a política mais adequada para a Amazônia? Não sei. Deixo esse questionamento e me proponho, em outros momentos, a discutir melhor o assunto. Discordo daqueles que apenas discutem preservação.

Obrigado.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, deputado Lira Maia. Na seqüência, ouviremos o deputado Sebastião Bala Rocha.

DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Boa tarde. É um prazer estar aqui com vocês. Saúdo a Mesa na pessoa do Dr. Enio, da deputada Vanessa Grazziotin, do reitor da Universidade Federal do Amapá, Prof. José Carlos Tavares. Saúdo também toda a comunidade científica presente.

O mundo hoje vive um grande espasmo pela questão do aquecimento global, o que teve efeito positivo em um aspecto. Quero citar o Al Gore, porque é polêmico, é questionável. Pergunta-se se é eleitoreiro o documentário do Al Gore. Não sei. Mas ele está promovendo, em âmbito mundial, o que estamos promovendo no Brasil: o casamento entre a comunidade científica e o meio político, o que não fazíamos com tanta evidência e frequência.

Vou usar a palavra apenas para fazer uma proposta concreta. Acredito, deputada Vanessa – e vou propor esse requerimento, deputado Rodrigo Rollemberg, na Subcomissão das Mudanças Climáticas, da qual faço parte também; gostaria, se fosse o caso, de ouvir alguma opinião a respeito do assunto – que é preciso constituirmos uma comissão externa, uma espécie de consultoria com representações da SBPC, do INPE, dos reitores das universidades federais, para colaborar conosco no sentido da elaboração do orçamento.

A grande contribuição que podemos dar efetivamente, além do discurso e do apoio político, é na elaboração do orçamento. E quem pode nos apontar para quem devem ser destinados mais recursos são

os senhores, da comunidade científica, que detêm o conhecimento científico e sabem por onde operar. Queremos ajudar, mas muitas vezes não sabemos esse caminho.

Recursos

Então, acredito que poderá ser de grande eficácia a constituição de uma comissão externa para orientar as Comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e da Amazônia, a fim de que possamos elaborar um orçamento que tenha eficácia e lutar pelo descontingenciamento de recursos para esse setor.

Noventa por cento ou mais dos recursos dos royalties para pesquisa em bacias sedimentares são contingenciados. Noventa por cento ou mais dos recursos dos royalties de petróleo e combustíveis para serem utilizados no meio ambiente são contingenciados. Quem sabe não podemos fazer uma grande comissão dos parlamentares a partir dessa mesma comissão externa?

Podemos ir aos ministros do Planejamento e da Fazenda, como fizemos na questão da Suframa, que obteve êxito. Já foram liberados 118 milhões de reais em função dessa agenda política. E pretendemos fazer uma agenda política com os ministros para pedir o descontingenciamento. Se os recursos a que dermos destinação forem contingenciados para fazer superávit primário, que efeito terão na prática?

Portanto, parece-me que temos de trabalhar nas duas vertentes, tanto na do descontingenciamento quanto na operacionalização da elaboração do orçamento.

Muito obrigado.

Um abraço fraterno a todos.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - A última inscrita é a deputada Elcione Barbalho.

DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Boa tarde a todos.

É um pouco difícil ser um dos últimos, mas o importante é que as coisas foram bem apresentadas aqui. Na verdade, o nosso objetivo era escutar.

Quero parabenizar o Dr. Ennio pela sua empolgação, sua esperança, sua determinação e seu entusiasmo, que contagiou a todos nós.

Acredito que nenhum de nós aqui vai perder essa grande oportunidade de poder ajudar e tentar solucionar as coisas.

Por outro lado, acham que os políticos resolvem tudo. Não é bem assim. O deputado Sebastião Bala Rocha acabou de falar sobre o contingenciamento. Cansei de ver reitores bater à nossa porta pedindo ajuda, com o pires na mão. Também os nossos prefeitos passam a maior dificuldade no enfrentamento das questões sociais dentro dos seus próprios municípios. Grandes projetos nacionais vêm para cá e deixam os problemas sociais para administrarmos. É uma situação que não depende só de nós, políticos, mas da sociedade como um todo.

Ninguém veio aqui para brincar. Não podemos mais chorar sobre o leite derramado. Há também a questão do tempo: é para ontem, para anteontem.

Estou como presidente de uma subcomissão na Comissão da Amazônia. Achei necessário encaminhar para aprovação na Comissão da Amazônia o acompanhamento dos recursos de aplicação do PAC na região.

Quero pedir a ajuda de todos os senhores. Precisamos da sociedade como um todo para fazer esse entrosamento, essa interlocução, a fim de que possamos, logicamente junto aos ministros e ao próprio presidente da República, fazer valer os nossos direitos da Amazônia. Não precisamos só sermos vistos como celeiro do mundo, e o mundo todo está de olho na região amazônica. Temos que ver também a questão do homem, que é fundamental. Não podemos falar em desenvolvimento se não pensarmos no homem.

COORDENADORA (Deputada Vanessa Grazziotin) - Antes de encerrar, pergunto: alguém do público gostaria de falar?

JÚLIO MIRAGAYA - Sou Júlio Miragaya, do Ministério da Integração Nacional, e quero me referir rapidamente ao que disse a deputada Vanessa Grazziotin sobre o Plano Amazônia Sustentável.

Concordo com S.Exa. e lembro que o PAS precisa, de um lado, ser impulsionado, e é fundamental entendê-lo como um plano estratégico para a Amazônia. Acho que o seu maior mérito foi essa possibilidade de pensar a Amazônia como reforma estratégica para o futuro. Na verdade, o PAS identifica o grande alicerce desse processo, desse novo modelo para a Amazônia, que é o ordenamento territorial e fundiário.

Ou seja, da forma como a Amazônia estava se desenvolvendo não era possível continuar, tal o grau de degradação que estava provocando. Isso atende toda uma série de políticas que, de alguma forma,

frearam o processo de ocupação desordenada que se fazia, particularmente em algumas regiões, inclusive do estado do Pará.

Havia dois grandes pilares. Um era a necessidade de investimento de infra-estrutura. Quando falamos isso, pensa-se logo em investimento para os grandes. Não! A pavimentação da Transamazônica, por exemplo, vai beneficiar milhares de produtores rurais que estão ao longo daquela rodovia há trinta anos; gerador de energia elétrica significa a possibilidade de se fazer com que a energia chegue a 85% dos domicílios da região do Marajó, que tem a menor cobertura em termos de acesso à energia elétrica, muito embora estejam muito próximo a Tucuruí, como foi dito anteriormente, e investimento em conhecimento e tecnologia. Sem isso, não podemos falar realmente em desenvolvimento para a Amazônia. Isso seria a base para a promoção de uma atividade econômica sustentável e dinâmica, que rompe com o atual modelo, que é apenas de esgotamento dos recursos naturais de forma predatória.

É importante essa discussão do Plano Amazônia Sustentável porque ele precisa passar dessa fase, em que ele caminhou até agora, de pensar estrategicamente a Amazônia, para a fase de implementação por meio de métodos que sejam fixados.

Obrigado.

COORDENADOR (Ennio Candotti) - Se não há mais intervenções, vou lançar o meu último apelo para os deputados presentes. Se eu devesse resumir em 5 palavras a nossa principal reivindicação, seriam as seguintes: deixem-nos estudar a natureza. Mudem as leis que hoje proíbem o estudo da natureza. As nossas leis são leis que promovem a ignorância.

Vou usar uma imagem. O que acontece hoje, com a atual legislação, é semelhante a proibir os jovens de chutar a bola quando querem jogar futebol. É a mesma coisa de dizer: você pode chutar a bola desde que peça licença ao 'instituto de proteção das bolas esféricas' para que ele admita a possibilidade de você chutar a bola. Hoje não podemos pegar uma formiga sem pedir licença ao Ibama.

Ora, isso deve mudar, senão não haverá possibilidade de conversa. Estamos engessados, aprisionados. Cientistas são presos por não preencherem as quatro guias exigidas pelo Ibama, conforme recomenda a legislação!

Ou mudamos a legislação ou tudo o que temos aqui não servirá absolutamente para nada. Setenta e cinco por cento do conhecimento gerado sobre a Amazônia é assinado por pesquisadores estrangeiros, que preencheram todas as guias, com santa paciência. Podemos contribuir com 25%. Isso configura, às avessas, uma proteção do laboratório natural à pesquisa estrangeira.

Ou V.Exas. nos ajudam a mudar a legislação ou nossos jovens não jogarão futebol em campos naturais. Eles irão para o exterior, porque lá poderão estudar com mais facilidade. Mas pequeno número vai para lá. Não contaremos com 100 mil jovens estudando a nossa realidade, contribuindo com boas respostas para o que discutimos aqui.

Se queremos que a criançada, a molecada, os jovens estudem a natureza – Biologia, Zoologia, Botânica – é preciso descriminalizar, e isso exige coragem da parte de V.Exas.

Há uma porção de fantasmas da biopirataria. A maior parte dessa biopirataria é às avessas. Precisamos conversar com os colegas no exterior, precisamos estudar. O fantasma da biopirataria está nos paralisando e precisamos rediscutir isso. Existe pirataria? Existe. Agora, os maiores piratas somos nós mesmos ao impedirmos o estudo do que é nosso e precisa ser estudado.

Mandem me prender, Sras. e Srs. Deputados, pois acabei de matar uma formiga.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Agradeço a V.Sa., em nome de todos os presentes.

Obrigado, Sr. Presidente, por me dar o prazer de me pronunciar antes de encerrar a reunião. Sei que estamos atrasados. Agradeço a presença de todos.

Há pouco, eu e o deputado Emanuel Fernandes chegamos a uma conclusão, e me permitam falar por todos: este é um momento vitorioso. Termos conseguido trazer para cá dezesseis parlamentares – quinze deputados e um senador – na primeira vez de que participamos de uma reunião anual da SBPC, já é uma grande vitória. Aqui foram representadas quatro comissões: Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Ciência e Tecnologia; Educação e Cultura; e Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Muitos disseram que é preciso manter essa articulação, e podemos

fazer isso de várias formas. Uma delas seria por meio de uma agenda legislativa, principalmente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O Prof. Ennio, como todo cientista e pesquisador, é muito polêmico, levanta questões polêmicas. A princípio, apoiamos todas – menos matar formigas; elas precisam de liberdade para trabalhar. Entretanto, temos que saber que existem pessoas que não têm as boas intenções do Prof. Ennio. Temos de buscar o equilíbrio.

Por fim, já discutimos com a maioria dos companheiros e vamos tentar sistematizar tudo que foi levantado, o que foi discutido, elencando as prioridades. Vamos fazer algo como uma “Carta de Belém”. Essa Carta de Belém será enviada às quatro comissões. Aprovaremos essa carta, em forma de indicação, em todas as comissões e, na sequência, encaminharemos essa carta pedindo uma audiência ao presidente da República. Nós, os parlamentares, a entregaremos, em mãos, ao presidente da República levando aquilo que pensamos e aquilo que queremos.

Se queremos o Brasil desenvolvido, se queremos introduzir a Amazônia no processo de desenvolvimento nacional, temos que entender que existem eixos prioritários – claro, eixos baseados no que significa financiamento, recurso para viabilizar – que são infra-estrutura, educação e ciência e tecnologia. Esses são os eixos principais.

Então, aprovaremos, as senhoras e senhores receberão essa carta e fica a nossa parceria já formada. Eu espero que, em breve, possamos fazer uma nova audiência com as quatro comissões em Brasília e já começar a divulgar essa nossa carta.

Muito obrigada.



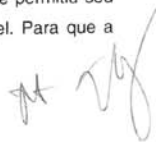
Parlamentares membros das Comissões da Amazônia, Educação, Ciência e Tecnologia e Comissão Mista de Mudanças Climáticas firmam compromisso pelo Progresso da Ciência na Amazônia

Carta de Belém

Por iniciativa da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Parlamentares do Congresso Nacional brasileiro realizaram MESA DE DEBATES na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em Belém (PA), em 10 de julho de 2007. Além dos membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, participaram do evento Deputados representantes das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, além de representante do Senado Federal. Após os debates com cientistas, professores, reitores, pesquisadores, estudantes e outros membros da comunidade acadêmico-científica do Brasil, os Parlamentares decidiram tornar públicas suas reflexões, constatações, conclusões e recomendações sobre a construção de uma agenda positiva para a Amazônia.

Bases para a formulação da agenda para a Amazônia:

- A sociedade brasileira deve eleger com urgência as prioridades a serem adotadas na busca de soluções e respostas para as inúmeras questões que se colocam sobre a Amazônia, como forma de melhorar os indicadores socioeconômicos da região, aproximando-os dos apresentados pela região centro-sul do País.
- Há 20 anos os problemas da Amazônia são os mesmos. Caso se continue a postergar as ações corretas na região, daqui a 20 anos as consequências do descaso e da omissão poderão não ser reversíveis.
- O modelo de desenvolvimento adotado pelo País, que permitiu seu crescimento até a década de 1980, tornou-se inviável. Para que a



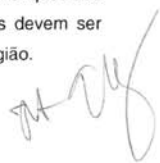
2

Amazônia possa diferenciar-se e tornar-se competitiva, é fundamental que se faça a opção por um novo modelo que priorize os investimentos no setor científico e tecnológico e de infra-estrutura da região.

- É urgente e absolutamente imprescindível estabelecer ações que garantam o conhecimento científico sobre o ecossistema amazônico, de forma que se possa agregar valor à biodiversidade, garantindo assim o desenvolvimento e a preservação ambiental.
- A pesquisa e o conhecimento científico não devem ser usados na reprodução de modelos de desenvolvimento excludentes, mas para atender aos interesses da maioria da população da Amazônia.
- Os recursos naturais da região somente se transformarão em riqueza quando a eles forem agregados conhecimento e tecnologia.
- É necessário valorizar o saber tradicional e o patrimônio cultural dos povos da Amazônia.

Formulação de políticas e instrumentos de desenvolvimento regional:

- A Amazônia deve possuir uma **política afirmativa** de desenvolvimento regional que valorize suas expressivas riquezas humanas e naturais e que dê tratamento específico para as particularidades de seus ecossistemas, seu clima, sua diversidade cultural, além de adaptar à realidade amazônica a formação de sua infra-estrutura de transportes, comunicação e energia;
- O modelo de ocupação consolidado na Amazônia nas últimas décadas e a forma de tratamento dado aos conflitos e questões sociais, sanitárias e de infra-estrutura por ele gerados devem ser revistos e tratados por uma política específica para a região.



3

- As particularidades da Amazônia **exigem a definição de instrumentos especiais de gestão e financiamento** que sejam capazes de subsidiar a implementação das políticas públicas adequadas para a região.
- As ações governamentais na região devem visar a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das diversas populações dos vários ecossistemas do espaço amazônico.

Propostas para a atuação do Congresso Nacional:

I – Gerais:

- Estar presente de modo mais intenso na Amazônia e agir de forma pró-ativa na busca de equacionar os problemas e contradições da região, extrapolando a função meramente legislativa.
- Empenhar esforços para que o PAS – Plano Amazônia Sustentável, iniciativa do governo federal em parceria com os governos estaduais que busca implementar um novo modelo de desenvolvimento para a região, adquira uma importância especial e privilegiada no âmbito do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.
- Estabelecer no PAS metas e mecanismos de financiamento bem explicitados, que fundamentem um efetivo programa de crescimento para a Amazônia.
- Equacionar cautelosamente, porém com urgência, a burocracia imposta à pesquisa científica nacional pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001 (MP do Patrimônio Genético).
- Revisar o pacto federativo, de forma a garantir politicamente mais recursos para a Amazônia.
- Definir uma agenda legislativa priorizando:



1 Projetos que garantam o pleno desenvolvimento de atividades científicas e de pesquisa.

2 Projetos que garantam as fontes de financiamento e os instrumentos fiscais e financeiros para o desenvolvimento da região, bem como compensação financeira à preservação do meio ambiente.

II - Específicas para o setor de ciência e tecnologia:

1 - Formação de recursos humanos:

- Multiplicar por dez, no prazo de cinco anos, o número de doutores das universidades e centros de pesquisa sediados na região amazônica.
- Criar novas universidades e instituições de pesquisa capazes de enfrentar o desafio de formar recursos humanos em número adequado e desenvolver pesquisas atreladas às prioridades e vocações da região amazônica.
- Ampliar o orçamento de instituições de pesquisa e universidades federais da Amazônia e aumentar as vagas em concursos públicos para pesquisadores e docentes nas universidades federais e instituições de pesquisa da região.
- Ampliar número de vagas para alunos nas universidades federais da Amazônia, para aumentar a média regional de jovens que ingressam no nível superior, muito abaixo da média do Sudeste do Brasil.
- Tornar viável a formação de doutores na própria região, pois a fixação de doutores formados em outros Estados e no exterior está se tornando cada vez mais difícil.

2 - Apoio à pesquisa



5

- Construir agenda de pesquisa para a região amazônica.
- Introduzir novos critérios na alocação de recursos federais de ciência e tecnologia, de modo a garantir que os desiguais sejam tratados de forma desigual (política afirmativa voltada para a diminuição das desigualdades regionais na aplicação desses recursos).
- Estabelecer uma estratégia descentralizada de aplicação de recursos dos fundos setoriais, que leve em consideração as prioridades regionais.
- Incentivar os Estados da região a criarem fundações de amparo à pesquisa, atrelando essa iniciativa a um maior aporte de recursos federais de ciência e tecnologia para o Estado.
- Estudar a criação de novos Fundos de Ciência e Tecnologia para a Amazônia.
- Estudar a possibilidade de recuperação dos recursos dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia arrecadados e não aplicados, transformando-os em patrimônio físico a ser transferido às fundações de amparo à pesquisa.
- Avaliar os resultados alcançados na região com a implementação dos instrumentos da Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências).

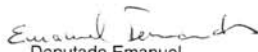
Belém, 10 de julho de 2007.

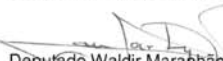

Deputada Vanessa Grazziotin

Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional




Deputado Rodrigo Rollemberg
Comissão Especial Mista de Mudanças Climáticas


Deputado Emanuel
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática


Deputado Waldir Maranhão
Comissão de Educação e Cultura


Senador José Nery


Deputado Paulo Rocha


Deputado Neudo Campos


Deputado Urzeni Rocha


Deputada Perpétua Almeida

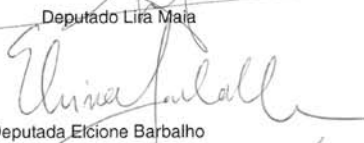

Deputado Ilderlei Cordeiro


Deputado Zé Geraldo


Deputado Márcio Junqueira


Deputado Lira Maia


Deputado Sebastião Bala Rocha


Deputada Elcione Barbalho

ISBN 857365522-4



9 788573 655223